

O FEMINISMO É UMA PRÁTICA



REFLEXÕES COM MULHERES JOVENS DO PT

O FEMINISMO É UMA PRÁTICA

REFLEXÕES COM MULHERES JOVENS DO PT

ORGANIZADORES

FERNANDA PAPA E FLAVIO JORGE

SÃO PAULO, 2008



FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT

REPRESENTANTES NO BRASIL
BRITTA JOERISSEN
JOCHEN STEINHILBER

EQUIPE

ANA CLAUDIA PECCHI
CARLOS DANIEL COLONELLO
CASSIO FRANÇA
FERNANDA C. PAPA
LUCY UEMURA
MARGARETE TERAGUCHI
SYBILLE RICHTER
WALDELI MELLEIRO

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

DIRETORIA

RICARDO DE AZEVEDO - PRESIDENTE
NILMÁRIO MIRANDA - VICE-PRESIDENTE
FLÁVIO JORGE RODRIGUES DA SILVA - DIRETOR
SELMA ROCHA - DIRETORA

JUVENTUDE DO PT

SECRETÁRIOS NACIONAIS

RAFAEL POPS DE MORAES (GESTÃO 2005-2008)
SEVERINE MACEDO (GESTÃO 2008-2009)

O FEMINISMO É UMA PRÁTICA – REFLEXÕES COM MULHERES JOVENS DO PT

ORGANIZADORES:

FERNANDA C. PAPA
FLAVIO JORGE

REVISÃO:

FERNANDA ESTIMA

FOTOS:

FERNANDA PAPA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

CACO BISOL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F329 O feminismo é uma prática : reflexões com mulheres jovens do PT /
organizadores Fernanda Papa e Flavio Jorge. – São Paulo :
Fundação Friedrich Ebert, 2008.
68 p. : il.

ISBN 978-85-99138-04-5

1. Movimento feminista. 2. Mulheres negras. 3. Luta social.
4. Racismo. 5. Políticas públicas - Brasil. 6. Sexualidade. 7. Educação.
8. Partido dos Trabalhadores. I. Papa, Fernanda. II. Jorge, Flavio.

CDU 329.7(81):396
CDD 301.412

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)



SUMÁRIO

- 5 APRESENTAÇÃO
ALESSANDRA DADONA, ALESSANDRA TERRIBILI, ANA CRISTINA PIMENTEL,
CLARANANDA BARREIRA, FABIANA SANTOS, JULIANA BORGES, JULIANA TERRIBILI,
MARCELLA BERTES, TÁSSIA RABELO E TICA MORENO
- 7 INTRODUÇÃO
BRITTA JOERISSEN, FERNANDA PAPA, JOCHEN STEINHILBER E FLAVIO JORGE
- 9 POR ONDE PASSA A HISTÓRIA DA LUTA DAS MULHERES
NALU FARIA
- 15 SARAVÁ! MULHERES NEGRAS DA ESQUERDA BRASILEIRA
INVISIBILIDADE HISTÓRICA
SONIA LEITE
- 17 FEMINISMO, PRÁTICA POLÍTICA E LUTA SOCIAL
TATAU GODINHO
- 23 O FEMINISMO EM NOVAS ROTAS E VISÕES
MATILDE RIBEIRO
- 31 DIREITO AO CORPO, DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO:
PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO
ANGÉLICA FERNANDES
- 36 DIÁLOGOS SOBRE SEXUALIDADE
ATIELY SANTOS
- 39 EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA E NÃO RACISTA
CAMILA MÁCARINI E JULIANA BORGES
- 41 DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO
MARIA LÚCIA DA SILVEIRA
- 45 AS MULHERES EM PERSPECTIVA NO PT
ROSÂNGELA RIGO

- 50 O PODER PARA A MULHER INTERESSA A TODO MUNDO
IVETE GARCIA
- 53 MULHERES SINDICALISTAS
ROSANE DA SILVA
- 56 MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO
KIKA BESSEN
- 59 MULHERES JOVENS RURAIS:
A SITUAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR
SEVERINE MÁCEDO
- 63 MOVIMENTO ESTUDANTIL E A LUTA DAS MULHERES
ANA PIMENTEL
- 66 MULHER A VIDA INTEIRA
DANIELE RICIERI E MAYSÁ LEPIQUE

ANEXO

- 68 PROGRAMAÇÃO DO I SEMINÁRIO DE MULHERES JOVENS DO PT



APRESENTAÇÃO

MULHERES EM MOVIMENTO PARA CONSTRUIR UMA JUVENTUDE DO PT LILÁS

O I Seminário de Mulheres Jovens do PT aconteceu em pleno processo do I Congresso da Juventude do PT, momento no qual a juventude petista atualizou suas formulações políticas e renovou sua forma de organização.

Quando decidimos organizar o seminário, fizemos uma avaliação crítica sobre a militância das mulheres na JPT, as desqualificações constantes, a invisibilidade das mulheres na militância, a dificuldade de acesso aos cargos de direção e, também, a constatação de que no conjunto do Partido dos Trabalhadores passamos por retrocessos com relação ao feminismo.

Tanto a quantidade de inscritas quanto o perfil de militância de cada uma nos surpreendeu positivamente. Conseguimos reunir cerca de 90 mulheres, militantes do PT de 18 estados, com inserção nos movimentos sociais, em órgãos de governo, candidatas a cargos públicos, dirigentes partidárias, etc. Todas identificadas, de alguma forma, com a luta das mulheres e o feminismo.

No seminário foi possível aprofundar o conhecimento sobre a história das lutas das mulheres na esquerda e sobre os fundamentos do feminismo socialista. Refletimos sobre nossa militância no partido e as principais bandeiras do movimento feminista.

Mostrou-se fundamental a organização do seminário como um espaço das mulheres, pois a partir da auto-organização foi possível criar identidade política e solidariedade entre nós, o que nos fortaleceu enquanto militantes, já que compreendemos que a opressão das mulheres não será superada individualmente. Ao longo das atividades, as participantes foram se capacitando para intervir nas diversas áreas de atuação e também na Juventude do PT

Pela primeira vez, algumas mulheres participaram de um seminário de formação. Outras contribuíram com o resultado do seminário socializando suas experiências com as companheiras. Foi dado um primeiro passo para superar o preconceito em relação ao feminismo entre as próprias mulheres petistas ao reconhecerem a luta feminista como a própria luta socialista. E isso refletirá positivamente na militância do partido e fortalecerá a luta feminista no seu interior e conseqüentemente na sociedade.

Um aprendizado político fundamental que acumulamos com o seminário foi o estabelecimento das conexões da luta feminista com a luta anti-racismo, que se deu tanto pela presença de companheiras com atuação no combate ao racismo como painelistas, mas também como participantes ativas do seminário. Assim, demos alguns passos para construir, na JPT, uma prática feminista e anti-racista que tem muita história para escrever, e muito para transformar.

Grande parte das jovens que participou do seminário atuou ativamente no I Congresso da JPT, passando pelas etapas municipais e estaduais.

No I Congresso Nacional da JPT tivemos um número bem mais expressivo de mulheres participando, pois no regulamento previa paridade na delegação. Mesmo com as falhas havia um número importante de participantes mulheres.

Durante o I Congresso, as mulheres realizaram uma plenária representativa dos estados e da diversidade política da JPT, que reafirmou o compromisso de todas as que ali estavam em garantir que o feminismo seja constitutivo deste novo momento da juventude petista. Já obtivemos alguns avanços, como a aprovação da paridade nas direções e delegações da Juventude do PT em todas as esferas, e o compromisso da Juventude do PT em encampar a luta pela legalização do aborto no Brasil.

Mas a incorporação do feminismo no cotidiano da política não se dá apenas com a aprovação das resoluções. Os espaços de auto-organização das mulheres no interior da JPT serão nossa ferramenta para a formulação das ações e para a construção permanente do feminismo na JPT. No mesmo sentido, o fato de que a juventude não é mais um setorial do partido, e sim uma organização com mais autonomia, possibilita o envolvimento de mais jovens nas secretarias de mulheres, uma atuação que deve ser fortalecida para combater os retrocessos que enxergamos no partido no tratamento das mulheres e das questões pautadas pelo feminismo.

Tanto a realização do I Seminário de Mulheres Jovens do PT, quanto os avanços que obtivemos no I Congresso da JPT são parte de uma história de construção do feminismo no Partido dos Trabalhadores. A luta feminista e socialista, com toda a radicalidade que fundamenta o feminismo petista, conta hoje com mais uma geração comprometida com essa história.

**Alessandra Dadona, Alessandra Terribili, Ana Cristina Pimentel,
Clarananda Barreira, Fabiana Santos, Juliana Borges, Juliana Terribili,
Marcella Bertes, Tássia Rabelo e Tica Moreno**

*Representantes da juventude do PT e do Coletivo Nacional de Mulheres do PT
na comissão organizadora do I Seminário Nacional de Mulheres Jovens.*



INTRODUÇÃO

MULHERES DE LUTA!

É um prazer apresentar esta coletânea de textos referentes aos debates do I Seminário Nacional de Mulheres Jovens do PT, realizado em abril de 2008, em São Paulo. Boa parte das convidadas a dialogar com as jovens naquele espaço tem idéias compartilhadas aqui, as quais, esperamos, poderão apoiar outros processos de formação Brasil a fora. O seminário foi dividido em três momentos, dedicados à história da luta das mulheres, às bandeiras do feminismo e à construção da perspectiva e da prática feministas no PT, em interlocução também com representantes de movimentos sociais.

Nalu Faria, por exemplo, remonta a história de luta das mulheres de esquerda. Greves, organização feminina nos partidos, a origem do 8 de março e a relação fundamental entre o feminismo e o socialismo marcam este texto. Ainda com perspectiva histórica, Sonia Leite faz um breve panorama da organização das mulheres negras no Brasil, em busca da quebra de sua invisibilidade e da garantia de direitos. Tatau Godinho apresenta um resumo do que é o feminismo e da importância de ele ser encarado como teoria e prática na luta pela libertação das mulheres. Matilde Ribeiro contraria quem afirma que “o feminismo acabou”, com fatos e feitos que colocam o movimento e sua importância na ordem do dia, destacando ainda a contribuição negra neste processo.

Como bandeiras do feminismo históricas e atuais, a discussão sobre a legalização do aborto é feita em texto de Angélica Fernandes, que critica a construção social do ser mulher

“sustentado pela opressão e subordinação feminina, em especial no que diz respeito a seu corpo e a sua sexualidade”. A autora trata a questão do aborto também do ponto de vista das jovens e da construção partidária. O direito a uma educação não sexista e não racista é abordado por Camila Macarini e Juliana Borges, que problematizam a educação no Brasil, observando a reprodução de desigualdades no ambiente educacional, quando este deveria, ao contrário disso, servir como instrumento fundamental para promoção de valores não discriminatórios. A organização feminista no movimento estudantil, que faz o debate e atua por mudanças neste sentido, é trazida pelo texto de Ana Cristina Pimentel.

Maria Lucia da Silveira discute a necessidade de se elaborar e implementar políticas públicas para as mulheres, fortalecendo os espaços governamentais dedicados a essa tarefa. A autora fala de políticas públicas “que possibilitem a ampliação das condições de autonomia e autosustentação das mulheres, de forma a favorecer o rompimento com os círculos de dependência e subordinação”, entre outros pontos. O desenvolvimento de políticas específicas para as mulheres a partir de administrações conquistadas pelo campo democrático popular tem muito a ver com a contribuição das feministas aos modos petista de governar. Um pouco desta história é recuperada por Rosângela Rigo, que aborda conquistas e desafios na trajetória das mulheres petistas organizadas, das cotas à criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Outros textos complementam esta visão, a partir de dados sobre a importância da participação política das mulheres, como fazem Ivete Garcia e Rosane Silva. A primeira verifica a baixa representação de mulheres na política e defende a superação deste desafio por meio de uma maior organização. Entre as convidadas de movimentos sociais, Rosane discute a importância disso a partir da experiência da CUT e na luta para alterar a divisão sexual do trabalho e as relações de poder desiguais no mundo laboral. Kika Bessen faz uma análise do ponto de vista das mulheres negras e de sua história de organização e resistência contra a opressão e a exclusão, dos tempos da escravidão aos desafios atuais. Pelo movimento de trabalhadoras do campo, Severine Macedo, eleita Secretaria Nacional de Juventude do PT em 2008, apresenta a relevância da agricultura familiar para o desenvolvimento do Brasil e os desafios colocados neste contexto para a valorização das mulheres no campo e a superação das desigualdades de gênero.

Por fim, Danielle Ricieri e Marisa Lepique, do grupo Atuadoras, contam a história do espetáculo “Mulher a vida inteira”, apresentado “gentil e militantemente” no I Seminário Nacional de Mulheres Jovens do PT. A interação das atrizes com o grupo foi intensa, bem como as reflexões feitas a partir da peça, uma “inovação metodológica” que contribuiu muito com todo o processo do seminário. A todas as jovens que nos ajudaram a construir este momento, em especial à Comissão Organizadora, e também às convidadas, entre elas a Ministra Nilcéa Freire, às parceiras e parceiros das secretarias nacionais de Mulheres, de Juventude e de Formação Política do PT, e às colegas e aos colegas das fundações Friedrich Ebert e Perseu Abramo que colaboraram com a organização desta publicação e dos outros títulos da série (“Juventude em formação - textos de uma experiência petista” e “Éa Juventude! Juventude negra do PT em movimento”), os nossos sinceros agradecimentos.

Saudações feministas!

Britta Joerissen
Jochen Steinhilber
Fernanda C. Papa
Fundação Friedrich Ebert

Flavio Jorge
Fundação Perseu Abramo

POR ONDE PASSA A HISTÓRIA DA LUTA DAS MULHERES

Nalu Faria*

A luta das mulheres mostra a sua presença em todas as experiências de lutas e resistência dos povos oprimidos, embora, na maior parte da história, as representações predominantes apresentem as mulheres dentro de casa e sem nenhuma participação pública. No caso da América Latina, aqui e acolá, aparece a figura de mulheres excepcionais. E quase sempre o relato é que participaram das lutas a partir da relação com um marido ou amante. Na verdade ainda está oculto que desde as lutas anti-coloniais e anti-escravidão as mulheres indígenas e negras lutaram ombro a ombro com os homens.

É permanente e continuada a presença das mulheres nos processos de luta. Desde a participação já conhecida em processos como a Revolução Francesa, em 1789, a Comuna de Paris, a Revolução Russa, etc. O movimento feminista, a partir da organização das mulheres reivindicando direitos à igualdade data, mais ou menos, da segunda metade do século 19. Neste período, organizou-se um movimento de mulheres burguesas e de classe média, chamadas de sufragistas. Elas lutaram pelo direito ao voto, a estudar e a exercer determinadas profissões. Ao mesmo tempo, as trabalhadoras se organizaram nos sindicatos e desde o início das organizações socialistas houve a presença das mulheres. Essa organização encontrou resistência e oposição de vários homens militantes. Eles argumentavam que o lugar adequado para as mulheres era a família e, decorrente disso, que as mulheres eram ladras de emprego. Por outro lado, é importante ressaltar que a história está cheia de exemplos de homens que defenderam o direito das mulheres à igualdade, inclusive participando dos embates, por exemplo, dentro da 1ª e da 2ª Internacional.

O movimento de mulheres sufragistas tensionou positivamente, forçando os partidos socialistas a realizar o debate sobre a participação das mulheres. Na 1ª Internacional o debate foi permanente, embora não necessariamente todos os socialistas tivessem a mesma posição. Marx e Engels defenderam o direito das mulheres ao trabalho e também situaram a questão da opressão das mulheres como uma questão histórica e não como produto da biologia. Apresentaram forte crítica à família patriarcal e burguesa. No entanto, influenciados pelo momento conjuntural, o que apontaram como futuro da família se mostrou uma avaliação simplista. Pensavam que como a grande produção industrial proletarizou as mulheres levando-as para o espaço público, isso havia criado as bases para a destruição da família. No entanto, o capitalismo conseguiu reorganizar uma família burguesa para seus interesses. August Bebel, que escreveu um livro sobre a mulher e o socialismo, foi o primeiro que sistematizou um ponto de vista socialista sobre a situação das mulheres. Tentou imaginar o que seria, no socialismo, a vida das mulheres.

Em todos os processos grevistas que se desenvolveram desde a última década do século 19 até os anos de 1920 (inclusive no Brasil), era expressiva a participação das mulheres. Inclusive muitas greves foram deflagradas pelas mulheres e muitas a partir da denúncia da violência sexual.

*Psicóloga,
coordenadora
da Sempreviva
Organização
Feminista e
integrante da
Secretaria Nacional
da Marcha Mundial
das Mulheres no
Brasil

Os partidos socialistas, principalmente na Rússia e Alemanha, debatiam se as mulheres deveriam se organizar num movimento autônomo ou dentro do partido. Prevaleceu a proposta de organizar por dentro do partido. Muitos socialistas alemães e russos tinham a convicção de que não iriam fazer a revolução sem organizar as mulheres. Havia uma questão objetiva de que as mulheres eram a maioria do operariado. Se a classe operária é a vanguarda da revolução, como é que se organiza a revolução se não se organiza boa parte da classe? Porém, prevaleceu a posição de que deveria ser uma organização socialista específica e que a classe era a questão determinante.

Os temas em debate se relacionavam ao direito ao trabalho. Os marxistas defendiam o direito das mulheres ao trabalho remunerado, mesmo encontrando oposição em outros setores. Também prevaleceu a crítica à família e ao trabalho doméstico, visto como algo pesado, rotineiro e escravizante que deveria ser abolido. Queriam abolir o trabalho doméstico, por um lado coletivo, o que é positivo: pelas creches, lavanderias etc. Não entravam na discussão que uma parte do trabalho doméstico continuará em casa (depois que as crianças saem das creches, vão para as casas dar trabalho). Portanto, não aparecia a idéia de que os homens deveriam dividir o trabalho doméstico, apenas que deveria haver a socialização das tarefas domésticas para liberar as mulheres.

Eram absolutamente críticos à prostituição. A prostituição era vista por dois pontos de vista: de que as mulheres se prostituíam por falta de opção de trabalho, portanto uma questão econômica, mas também questionada do ponto de vista da hipocrisia em relação à sexualidade, e com a questão da família.

SOBRE O HISTÓRICO DO 8 DE MARÇO

As pesquisas feministas sobre a história do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, revelaram que sua origem é parte das lutas e militância das socialistas. Sua história remonta ao “Woman’s Day”, iniciado em 1908, dedicado à luta pelo direito ao voto feminino, organizado pelas socialistas estadunidenses. Clara Zetkin, na II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em 1910, propôs instaurar um dia internacional das mulheres, seguindo o exemplo das socialistas americanas. Nos anos seguintes, na Europa, se espalharam as comemorações do dia internacional da mulher ainda sem data fixa, e nem sempre a mesma para todos os países. Mas sempre com referência no direito ao voto feminino como parte da luta por emancipação das mulheres. Em 1917, na comemoração desse dia, um 8 de março (23 de fevereiro no calendário ortodoxo), as operárias russas entraram em greve e iniciam um amplo processo de luta que deu início à revolução de fevereiro. Em 1921, na Conferência Internacional das Mulheres Comunistas, se propôs a data do dia 8 de março como o Dia Internacional das Mulheres, lembrando a iniciativa das mulheres russas.

A SEGUNDA ONDA DO MOVIMENTO FEMINISTA

Nos anos 1960 se inicia a segunda onda do movimento feminista, que incorpora setores de classe média e mulheres profissionais na Europa e Estados Unidos. Essa retomada trouxe várias contribuições, das quais se destacam a afirmação da necessidade de organização de um movimento autônomo das mulheres, consolidou o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos e construiu um arcabouço teórico que questionou vários dos paradigmas dominantes do conhecimento teórico.

Neste momento conviveram várias posições onde o setor socialista fez o esforço de articular as dimensões da opressão das mulheres com a opressão de classe e, portanto, colocar a questão do feminismo e socialismo. Há grande contribuição sobre feminismo e socialismo vinda dessa segunda onda. Muitas autoras tentaram avaliar os limites de Marx e Engels, os avanços do marxismo, como enfrentar seus limites, se o marxismo era adequado para explicar a opressão das mulheres, o debate sobre o patriarcado etc.

Essa onda do movimento feminista teve como grande mérito afirmar a compreensão da opressão específica e, portanto, enfrentou o debate da contradição colocada pelas relações sociais entre mulheres e homens e teve como resultado uma forte politização do privado. Mas fruto das contradições e limites da esquerda socialista, e também das correntes radicais e autonomistas do feminismo, a partir de um determinado momento prevaleceu uma visão de direitos individuais, dentro de uma perspectiva de incorporar as mulheres ao modelo e pouco questionamento global.

FEMINISMO NA AMÉRICA LATINA

A segunda onda do movimento feminista chegou à região nos anos 1970. Muitas análises tratam da complexidade deste processo, levando em conta as especificidades de nossa situação política e cultural.

Um aspecto comum para vários países é que a articulação do movimento feminista ocorreu em um contexto de ditaduras e que ele foi parte do processo de luta pela redemocratização. Dentro desse processo, houve a construção de relações com outros movimentos sociais e isso é apontado como um dos fatores pelo crescimento do debate e da organização das mulheres nos setores populares. De forma geral, pode-se dizer que havia a influência de uma visão socialista e classista. Isso definiu como prioridade ações que buscavam levar o feminismo para as mulheres dos setores populares. Mas não impediu que surgisse em vários países a tensão entre “feministas e movimento amplo de mulheres”.

Na América Latina, essa segunda onda se ampliou para os setores populares, para as mulheres negras, as camponesas, mas isso não significa a inexistência de conflitos. Tampouco o movimento feminista se desenvolveu de maneira linear desde quando começou a segunda onda. Nos 1990, houve um esvaziamento do debate de esquerda, perda de radicalidade e institucionalização do movimento. Estamos recuperando um campo mais de esquerda no movimento neste último período. O Brasil foi um dos países em que conseguimos manter uma referência de feminismo e socialismo durante esse período e as mulheres do PT têm um papel importante nisso.

Há muito o que dizer nesta história da luta das mulheres, do feminismo e as lutas de todos os oprimidos e oprimidas. Quando abordamos o tema do feminismo e a esquerda estamos tratando de uma parte das lutas e formas de organização construídas a partir da resistência ao capitalismo e de como se inseriram aí as lutas contra o machismo, o racismo e a lesbofobia.

BIBLIOGRAFIA

COTE, Renée (1984). *La Journée internationale des femmes ou les vrais dates des mystérieuses originis du 8 de mars jusqu'ici embrouillés, truquées, oubliées: la chef des énigmes. La vérité historique*. Montreal: Les éditions du reue ménage.

FARIA, Nalu. *El Feminismo Latinoamericano y Caribeño: Perspectivas frente al Neoliberalismo*. In *Mujeres Y Cambio: Construir alternativas en la Lucha*. São Paulo. REMTE – Rede Latinoamericanas de Mujeres Transformando a Economia. Enero, 2006.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *Los orígenes y la celebración del Día Internacional de La Mujer, 1910-1945*. KRK ediciones. Oviedo. 2000.

SILVEIRA, Maria Lúcia. 8 de março: em busca da memória perdida. In *Feminismo e Luta das Mulheres*. São Paulo. SOF. 2005



Intercâmbio de gerações: militantes e especialistas discutem as bandeiras em torno das quais o feminismo se organiza

SARAVÁ! MULHERES NEGRAS DA ESQUERDA BRASILEIRA INVISIBILIDADE HISTÓRICA

Sonia Leite*

A invisibilidade da mulher negra é o dilema que acompanha a sua trajetória de luta desde o período da escravidão aqui no país. Estas mulheres ficaram secundarizadas e por vezes esquecidas.

No período pré-Abolição, estas mulheres tiveram papéis relevantes, eram quem circulava “de lá para cá” trazendo e levando notícias. Era o princípio da informação. Isso ocorreu porque as mulheres negras estavam em diversas frentes de trabalho, estavam no leito, estavam na casa grande e, principalmente, acompanhando as “sinhazinhas” em seus passeios. Por conta disso, eram as escravas que podiam levar notícias de uma estância a outra, de forma precária mas eficaz. Foram elas que iniciaram esta corrente embrionária de informações de quilombo para quilombo.

Por outro lado, sempre que lembramos do maior quilombo da história, o Quilombo dos Palmares, entendemos o que significa a invisibilidade da mulher negra. Todos já ouviram falar de Gangazumba - Zumbi dos Palmares. Mas e a referência histórica de Dandara? Às vezes aparece como a esposa de Zumbi. Acotirene, então, só as feministas negras trouxeram à contemporaneidade.

Mas Dandara era uma guerreira do quilombo e Acotirene era sacerdotisa, aquela que orientava os guerreiros e seus planos de guerra no Quilombo de Palmares. A importância delas era vital, mas outra vez foram secundarizadas. Aqui não cabe nenhum senso de juízo sobre as importâncias históricas estabelecidas na saga de heroísmos que foi o Quilombo de Palmares, mas serve de parâmetro para notarmos como fatos históricos são omitidos. O racismo ocultou e transformou a história de Zumbi de Palmares, por muitas décadas, em uma lenda, retirando o caráter de herói para ser uma figura mítica, fruto da imaginação dos escravos brasileiros e seus descendentes. Podemos afirmar que, paulatinamente, o machismo acabou contribuindo para ocultar figuras tão importantes como Dandara e Acotirene e outras mais que perderam suas vidas heroicamente na luta contra a barbárie da escravidão.

RESISTÊNCIA HISTÓRICA

Mas a mulher negra, independente do reconhecimento histórico, sempre esteve presente nas lutas de seu povo. Aqui, em nosso país, a história da população negra esteve submersa durante décadas e reconduzida ao seu espaço como forma de resistência e autoestima de seus descendentes através das lutas contemporâneas e da reafirmação da participação dos negros e das negras na construção desta nação e da luta pela eliminação do racismo, herança da escravidão.

A mesma garra que as mulheres negras tiveram para resistir no período da escravidão, se manteve quando lhe imputaram as mais duras formas para sobreviver, ou melhor, como

*Militante da
Coordenação
Nacional de
Entidades Negras
- CONEN, da
Articulação Sindical
e Popular das
Mulheres Negras
e do Partido dos
Trabalhadores

todos os escravos passaram a ser coisas. Este foi o processo de “coisificação” da população negra e escravizada. E à mulher negra couberam os estereótipos de ama de leite e mulata exportação, ambos ligados ao ato de servir.

O período pós-Abolição realçou a força da mulher negra. É ela quem vai às ruas com o cesto de frutas na cabeça, é ela quem lava a roupa, cozinha e é ela quem mantém a cultura de seu povo através do culto aos Orixás, Inkisses e Vodun, preservando o hábito adquirido no período da escravidão e que, através do sincretismo religioso, representou por vezes seus santos através da imagem dos santos da igreja católica. Foi esta mesma mulher quem formou as Irmandades nas igrejas e nessas Irmandades, mais uma vez, fez a rede de informação.

Nesta época, as Irmandades dos homens de cor eram sustentadas pelo trabalho das mulheres negras e foi por meio destas Irmandades e dos Candomblés que a população negra se reorganiza em terreno hostil.

Cabe salientar que o governo brasileiro não ofereceu nenhum tipo de indenização à população negra escravizada. Comentava-se, na época, que ao negro bastava dar um pau, um pão e um pano (um pau para matar os animais com quem conviveria na floresta, um pão para matar a fome pelo menos por 24 horas para seus antigos donos não serem acusados de suas mortes, e um pano para cobrir suas vergonhas).

Foi proibida no Brasil a entrada de africanos e asiáticos na pós-Abolição (ação levada a cabo pela Coroa Portuguesa, que projetava a nova Europa, branca, projeto quase impossível com os quase setenta por cento de negros e negras remanescentes da escravidão espalhados pelo país).

A República não alterou o quadro de desigualdades sociais que começava a ter novos contornos. Já não existia mais o ânimo de transformar o Brasil em uma nova Europa, mas os negros e negras ainda não eram considerados cidadãos com direito de cultuar seus santos, de lembrar a África. Começa a ser gestado o racismo à brasileira ou racismo cordial ou a democracia racial. A hostilidade frontal passou a ser escamoteada, escondida em maneirismos nos idos de 1930, especificamente a partir do tratamento sócio-cultural dado ao assunto por Gilberto Freyre em seu *Casa Grande e Senzala*, de 1933, que buscava apaziguar as relações, trazendo o maniqueísmo do senhor mau e do escravo servil-submisso. A idéia era de criar uma nova raça brasileira, o Brasil moreno, com referências européias e esquecimento das referências africanas; era virar as costas para a África.

A Frente Negra Brasileira foi um instrumento utilizado pelos negros e pelas negras brasileiras para trazer a problemática da não inserção dos então chamados “homens de cor” na sociedade brasileira. Junto à Frente Negra surgiram várias manifestações de revalorização da população negra. Desta forma, ressurgia também a beleza negra por meio dos vários concursos feitos pela comunidade negra organizada (Bonequinha do Café, Bonequinha de Piche, se hoje parecem esdrúxulos, na época eram oportunos, pois levavam aquela mulher negra tão estereotipada a ter orgulho de sua cor).

Quanto mais negra, mais bonita! Valorizar aquelas mulheres que hoje têm na função de doméstica um emprego em grande escala, mas sem nenhuma valorização. Foram importantes os grandes bailes organizados, por quase todo estado de São Paulo, criando bolsões de revalorização da raça negra, na contramão da democracia racial, que preconiza o afastamento destes valores e exaltava a mistura de raças, desde que sumissem os traços da África negra.

A mulher negra, mesmo neste clima hostil, participava das lutas pela emancipação no Brasil. Cabe abrir um parêntese para relacionar algumas ações de mulheres negras, símbolo de resistência: Em 1920, a despeito do caráter pequeno burguês existente na Federação Brasileira do Progresso Feminino, a entidade trazia algumas afrodescendentes em suas fileiras. Almerinda Farias Gama, uma das militantes afrodescendentes que se destacou junto com Bertha Lutz, criando o Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas e, posteriormente, abandonou a FBPF por achar que as mulheres que lá estavam eram da elite e não se preocupavam com

os problemas das mulheres trabalhadoras. Na Bahia, em 1940, temos Maria Brandão, militante do PCB e, em 1934, tivemos a eleição de Antonieta de Barros, professora negra, filha de proletários de Santa Catarina. Nos idos dos anos 1950, víamos a primeira ação de classe ligada à mulher negra: o Conselho Nacional de Mulheres Negras, criado por domésticas, um exemplo, entre outras ações louváveis entre 1934 e 1950.

ANOS 1960/1980:

ANOS DE LUTA

Na contramão da ditadura, aqui no Brasil, os movimentos sociais se organizavam. Nos anos 1970 o movimento negro dinamizava sua participação política junto às tendências pan-africanistas, as novas lutas travadas por negros da diáspora nos Estados Unidos e na França, lutas pelos direitos civis, Negritude de Aimé Césaire, lutas de caráter frontal contra o sistema, como a ação dos Black Panther, nos Estados Unidos.

A valorização do ser africano traz uma nova estética ao movimento negro, além da discussão sobre a existência do racismo no Brasil, desbancando a teoria governamental da democracia racial. Discutia-se também a mudança de sistema e o socialismo passava a figurar como uma opção de luta. Havia o entendimento de que o racismo era um componente de opressão do regime em curso, o capitalismo, que crescia.

Nesta época, nos idos dos anos 1970, destacamos a presença de Lélia Gonzáles, mulher negra e feminista que questionava o racismo e o machismo como componentes de opressão. Quem também dialogava sobre esta tese era Ângela Davis, uma das únicas mulheres da frente dos Panteras Negras, de Malcom X.

De 1978 a 1980 temos um *boom* de crescimento na organização da mulher negra no Brasil. Cabia ainda a esta mulher protagonizar a luta contra o racismo e contra o machismo.

Surge a teoria da tríplice exploração da mulher negra, por ser negra, mulher e estar inserida na população pobre do país. Estes limites não intimidaram a mulher negra que seguiu na sua saga ancestral, participando das ações tanto do movimento negro quanto do movimento feminista. Questionando o movimento negro e o movimento feminista.

As mulheres negras iniciam uma nova fase na qual a visibilidade era a meta.

MULHER NEGRA

BUSCANDO A VISIBILIDADE

“Eu, mulher negra, existo”. Esta era a premissa do movimento embrionário de mulheres negras para mostrar a nossa existência e como sujeito político atuante na frente de lutas. Éramos invisíveis, o empoderamento era dado aos homens no movimento negro e às mulheres brancas, no movimento feminista.

Como exemplo temos o 2º Congresso Feminista, realizado em São Paulo, no qual uma militante feminista do Movimento Negro Unificado, Leni de Oliveira, questionou a ausência de mulheres negras nas mesas de discussões. Houve um impasse e mau estar, pois não era justificável aquela ausência, a não ser por um não entendimento de que o racismo e o machismo caminham na mesma esteira de opressão.

Mas a década de oitenta foi fértil para as mulheres negras. Várias entidades surgiram e a discussão da participação como protagonista da sua própria história cresceu. De Antonieta de Barros a Benedita da Silva, podemos traçar uma trajetória de inserção da mulher negra em todas as frentes de luta democrática no país; da tentativa de Almerinda, lá atrás, em 1934, tentando estar na Assembléia Constituinte, à bem sucedida eleição de Francisca Trindade, no Piauí, eleita em 2002 em um território de tradição de coronéis em eleger homens e

brancos, mostrar que a mulher negra optou pelo caminho da esquerda brasileira. Estivemos no Araguaia, símbolo de resistência contra a ditadura, com a participação de Helenira Resende, estudante da USP, vice-presidente da UNE. Estamos hoje com Marina Silva, a guerreira contemporânea da luta do povo da Amazônia contra o flagelo da destruição do ecossistema da floresta e o aniquilamento de seu povo.

Temos que lembrar que com o advento dos partidos políticos após a ditadura, em especial podemos consignar a dois partidos políticos a discussão racial como um componente para mudança social no Brasil: PDT e PT. Em primeira instância, o PDT, que trazia nosso Abdias Nascimento e, posteriormente, a militância do PT.

Esta militância do PT trouxe ânimo às mulheres negras organizadas. Lélia foi militante e dirigente do PT, a maioria das mulheres negras eleitas pertence ao Partido dos Trabalhadores, as militantes negras de ponta, mesmo as que foram para outros partidos, iniciaram sua militância no PT, como Dulce Pereira, que foi a primeira mulher negra contemporânea a exercer cargo de destaque em governo federal (embaixadora do Brasil em 2001 ao assumir a Secretaria Executiva da Comunidade de Países de Língua Portuguesa).

Na atualidade, tivemos três mulheres negras (uma delas permanece) em funções ministeriais no governo Lula. Sem dúvida, o governo que mais colocou negros e negras em cargos de primeiro escalão.

Na área sindical, destacamos a participação da companheira Neide Fonseca, que durante anos foi presidente de um instrumento intersindical importante para a América Latina, o INSPIR, ligado a várias centrais, com o intuito de discutir a luta anti-racismo no mundo do trabalho.

Da favela para a Câmara do Rio de Janeiro, Jurema Batista. Valeu a pena o esforço da Joana Angélica, que liderou as mulheres negras de favelas do Rio de Janeiro para ocupar o espaço no III Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, realizado em Bertioga (SP). Valeu à pena acreditar que a luta racial junto com a luta contra o machismo transforma. E vale a pena entender que este instrumento pode pertencer a todas, que a luta é coletiva.

É bom poder louvar meus santos em ioruba, bantô, angola -nagô e acreditar no poder libertário da revolução permanente de Trotsky. Saravá é uma expressão “bantisada” que muitos usam para se referir a religiões de matrizes africanas. Mas Saravá é uma forma sincrética de dizer “como a senhora vai?“, mas também hoje serve de saudação de orgulho e estima, com a qual quero terminar meu texto. Saudamos pessoas que introduziram várias gerações neste caminho de luta e que nos dão orgulho de todo dia sermos mulheres negras. Nós, mulheres negras, existimos!

Saravá Lélia Gonzáles, que reafirma a nossa fé na luta e no cotidiano de ser mulher negra.

Saravá Beth Lobo, que me mostrou que a classe operária tem dois sexos .

Saravá Flávio Jorge, que me mostrou que na luta pelo socialismo temos também que lutar contra o racismo.

Saravá Roseli, do Grupo Negro da PUC, que me mostrou que sem Orixá não temos raízes, então nada somos

FEMINISMO, PRÁTICA POLÍTICA E LUTA SOCIAL

Tatau Godinho*

*Doutora em serviço social pela PUC-SP e militante feminista do PT

Para iniciar um debate sobre o feminismo, um bom ponto de partida é explicitar a definição do que compreendemos como feminismo. *O feminismo é a teoria e a prática da luta pela libertação das mulheres.* Dito de outra forma: é a teoria e a prática, a ação política para construir uma sociedade igualitária entre mulheres e homens, ou seja, para construir relações igualitárias, romper com as desigualdades das relações sociais de sexo ou de gênero. Sinteticamente, essa definição indica um campo com o qual nosso feminismo se identifica.

Orientado para o debate, este texto buscará apresentar, de forma resumida, alguns dos aspectos que fundamentam a perspectiva de um feminismo que se define como parte essencial de uma proposta de mudança radical, anti-capitalista e libertária. Uma visão de que o feminismo se constrói como luta, como disputa política. Um processo de luta e de disputa social que se expressa na prática cotidiana e em um projeto de futuro; uma prática social e política fundada na perspectiva de construção de uma igualdade efetiva e global das relações sociais, tendo as relações entre mulheres e homens como o prisma que ilumina a análise da sociedade e a perspectiva de transformação.

É exigência do feminismo a construção de uma prática fundada em forte coerência entre o que é nossa vida pública e nossa vida privada; o que é nossa atuação pública e nossa vida privada. Não apenas para as mulheres. Uma das contribuições mais importantes que o feminismo trouxe para a sociedade como um todo, e para a esquerda em particular, é a reafirmação de que nossa proposta de transformação social não pode se restringir a uma transformação do mundo público. Não se pode aceitar de forma acrítica a existência de contradições entre o que defendemos na esfera pública e o que é nossa vida pessoal, nosso cotidiano.

Da mesma forma, a proposta de uma transformação radical das relações entre mulheres e homens não pode prescindir de uma perspectiva de construção de relações sociais sem opressão e exploração econômicas; sem a superação das diversas formas de discriminação e desigualdade social. Por isso, um feminismo radical e coerente identifica-se com uma visão de mundo anti-capitalista e com o combate às distintas formas de desigualdade social.

Em momentos centrais da luta socialista aparece com destaque a idéia de construir um novo homem e uma nova mulher. Nos primeiros anos da Revolução Russa, ou em textos de Che Guevara, para mencionar duas referências importantes na história da esquerda, esse ideal é destacado como um dos desafios na construção de uma nova sociedade. Mas até onde a esquerda encarou esse desafio como a possibilidade de uma igualdade radical entre mulheres e homens?

VISÕES DE FEMINISMO

Por que ressaltar a importância de definir feminismo? Porque a definição que temos de uma determinada questão, de um determinado problema, é parte central da compreensão

que orienta nossa ação. Fundada na compreensão do que é a desigualdade entre mulheres e homens, e do que se busca alterar, ela orienta nossa ação no mundo e, por conseqüência, a estratégia de luta a ser priorizada. De forma ampla, nossa visão de socialismo e de feminismo orienta nossa visão de mundo. Dependendo da forma como se entende a opressão das mulheres, como se entende a desigualdade, busca-se construir um tipo de movimento, de atuação política visando a uma perspectiva de mudança. Decorrente dessa compreensão do feminismo, alicerçada na integração entre teoria e prática pela libertação das mulheres, não se vê *feminismo* e *movimento de mulheres* como dois campos distintos. Feminismo é a ideologia e a prática que orienta, que conforma, que constrói o movimento de mulheres; ou ele é um pensamento estéril. Afinal, qual é o sujeito dessa luta? Qual é a perspectiva dessa mudança?

Defendemos uma visão de feminismo, de movimento social, profundamente vinculada à realidade do conjunto das mulheres. O que não significa fechar os olhos à desigualdade entre mulheres. Mas significa, sim, conceber a ação política desse movimento, seu pensamento, a visão de mundo daí decorrente, diretamente vinculados às questões concretas vividas pelas mulheres em seu cotidiano e engajados na proposta de transformação global da vida das mulheres.

Essa não é, com certeza, a única visão de feminismo. Existem distintas concepções de feminismo e de construção do movimento, tanto no próprio movimento de mulheres como na sociedade. Podemos encontrar diversas perspectivas do que seja o feminismo. Aqui mencionamos duas visões, com as quais nos deparamos diversas vezes, e consideramos que limitam profundamente o projeto feminista como proposta de mundo e de mudança social.

Uma primeira concebe a ação feminista prioritariamente nos marcos de direitos iguais para mulheres e homens. Ainda que se ampliem para distintas dimensões, o horizonte da equivalência de direitos entre mulheres e homens, da eqüidade, sem o pressuposto de ruptura com os limites da igualdade formal que caracteriza a noção de direitos na sociedade capitalista, reduz a dimensão da transformação social indispensável para que seja possível superar a opressão das mulheres. A luta por direitos – políticos, econômicos e sociais, por direitos de reconhecimento etc. – foi e permanece como um aspecto importante da luta feminista. Afinal, a cidadania das mulheres ainda é uma cidadania limitada. Se na maioria dos países ocidentais têm-se uma aparente igualdade formal entre mulheres e homens, basta fugirmos da superficialidade da análise para percebermos o quanto, mesmo do ponto de vista das normas jurídicas e legais, os direitos das mulheres são negados. A inexistência do direito ao aborto é a maior evidência. Mas o que se questiona é a perspectiva que coloca como horizonte da luta social a igualdade formal e, portanto, prioriza em qualquer momento os marcos da legislação como o caminho principal de mudança.

Uma segunda visão é a que define o foco da ação feminista nos processos de transformação pessoal, individual, de modo de vida. Portanto, um processo de transformação em que a experiência pessoal, as possibilidades de estabelecer um modo de vida pessoal alternativo é o que define a identidade com o feminismo. Nos limites deste texto, de maneira rápida, podemos apontar dois questionamentos a essa definição. Afasta-se de uma perspectiva de mudança social geral, concentrando-se nos processos de transformação pessoal, que são importantes, mas ganham sentido global quando se inserem na luta por transformações coletivas. Além disso, em geral, fundamenta-se em uma interpretação culturalista da desigualdade entre mulheres e homens; assim, a mudança de consciência aparece como que desvinculada de práticas sociais e das bases materiais que fundamentam a desigualdade. Tal interpretação arrisca-se, além disso, a se posicionar em uma fronteira, nem sempre explicitada, em que os padrões de mudança são considerados inacessíveis às mulheres comuns. Levando ao extremo, na verdade, para alguns e algumas, o feminismo só pode existir como um modo de vida de classe média (intelectualizada ou semi-intelectualizada); inalcançável

na dura realidade vivenciada pelas mulheres mais pobres, mulheres populares, mulheres da classe trabalhadora. Que em última instância podem até ser do movimento de mulheres, mas “feministas” nunca vão ser.

Não se trata aqui de minimizar a importância da construção da consciência política, neste caso da consciência política feminista. A mudança na visão de mundo, a ruptura com práticas sociais discriminatórias, a superação ideológica da visão de mundo sexista, da lógica machista que impregna o nosso cotidiano e a própria construção de nossa personalidade é central no feminismo. É um desafio que exige uma postura crítica permanente aos valores e práticas aprendidos por mulheres e homens. Aliás, uma das grandes contribuições do feminismo foi o desvendamento da dicotomia entre o mundo público e o mundo privado; a exigência de se perceber que o pessoal também é político; cobrando da sociedade integração capaz de transformar de forma libertária o que são consideradas duas esferas. Importa enfatizar, portanto, aqui, o sentido de transformação integral e coletiva, no qual a perspectiva do feminismo como luta social busque incidir, de forma concreta, sobre as diversas dimensões das contradições sociais que conformam a desigualdade entre mulheres e homens, expressas no âmbito da vida privada e das relações pessoais e conformadas como práticas sociais coletivas.

Esse resumo com certeza não dá conta das diferenças de nuances entre as distintas interpretações de feminismo, mas nos ajuda a refletir sobre as opções de construção da militância feminista.

FEMINISMO MILITANTE, SOCIALISTA, RADICAL

Se o projeto político global que defendemos é um projeto no qual a mudança, a construção de uma igualdade real entre mulheres e homens, em que o fim da opressão das mulheres só será possível com uma mudança do sistema geral de opressão social, capitalista, é evidente que para nós a luta é vinculada. Assim, nossa concepção de construção de um movimento de mulheres autônomo, feminista, massivo, como força indispensável para garantir que a igualdade seja parte integrante e indispensável desse projeto, não abre mão da construção da militância feminista dentro de organizações e movimentos mistos. A existência de um processo de organização das mulheres, a presença de uma força feminista organizada, no interior dos partidos políticos de esquerda, dos movimentos sociais de luta dos trabalhadores e trabalhadoras, das instâncias de organização e articulação das lutas sociais é fundamental para que a perspectiva feminista não seja secundarizada. O que se contrapõe, com certeza, à interpretação de alguns setores do feminismo que consideram incompatível a militância feminista com a atuação em entidades mistas.

Se entendemos que a opressão das mulheres, assim como a questão de raça-etnia, é central na estruturação da dominação capitalista, e da teia de subordinações/hierarquias que conformam as relações sociais, nossa concepção de feminismo busca estruturar uma ação militante que combina, de maneira permanente, a luta contra as diversas formas de dominação. As estratégias de luta e as prioridades de ação se pautam por essa compreensão, uma vez que não é possível construir a igualdade entre mulheres e homens sem romper com a desigualdade de classes, de raça-etnia; sem romper com os diversos aspectos da desigualdade e da discriminação social que estruturam as relações de poder na sociedade.

Nesse sentido, a ação feminista precisa abarcar as distintas formas como a opressão se expressa na diversidade das condições de vida e da vivência das mulheres. As mulheres jovens, por exemplo, vivenciam de forma particular o controle sobre a sexualidade, a imposição de padrões de feminilidade sexistas, as dificuldades de decidir sobre seu projeto de vida e de futuro, tanto do ponto de vista das relações pessoais e afetivas quanto de suas possibilidades

profissionais e de trabalho. Sua organização própria, no interior do processo de organização das mulheres, sua identificação com a luta feminista dá a essa luta a perspectiva de se renovar sistematicamente e de confrontar a repactuação das formas de dominação masculina.

Para mudar essas relações é preciso a força organizada de um sujeito político e social coletivo. Nos diversos momentos históricos, foi a atuação de mulheres organizadas que permitiu que as reivindicações das mulheres, as temáticas de seu interesse, estivessem presentes; que as mulheres ampliassem sua participação política e seus direitos sociais. A experiência da esquerda e das revoluções deixa evidente a importância da organização específica das mulheres. É decisiva a construção de um movimento de mulheres, feminista, massivo, capaz de disputar uma plataforma de mudanças sociais em favor das mulheres. Construir o feminismo como a ideologia e a prática de um movimento de mulheres, massivo, enraizado socialmente, é tarefa fundamental na disputa política que nos colocamos: de construir um mundo sem desigualdade, sem opressão.

Por isso defendemos o direito de auto-organização das mulheres. Sem auto-organização não se constrói esse sujeito político coletivo, capaz de propor e agir no sentido de uma mudança social. Mulheres capazes de construir sua própria história. Nesse processo de auto-organização precisamos estar atentas, também, a uma alteração crítica dos métodos de luta tradicionais, métodos viciados de militância que, muitas vezes, mais afastam do que abrem espaço para novas militantes. Sem abandonar a clareza do debate, das polêmicas reais, busca-se a construção de um espaço de solidariedade e unidade em torno de uma proposta política de feminismo que unifique as militantes, colocando em primeiro plano nossos objetivos políticos. Mais que a unidade por sermos mulheres, trata-se de forjá-la como mulheres que lutamos por um projeto político comum.

Como parte do processo de auto-organização está o desenvolvimento da autoconsciência, a auto-reflexão. A socialização de homens e mulheres é conformada pelas relações de poder e hierarquia que marcam as relações sociais de sexo. A percepção crítica de como incorporamos ou não esses valores é parte de um processo pessoal e coletivo de mudança necessário. A consciência crítica feminista enfrenta agressiva resistência cotidiana expressa na desvalorização não apenas do conteúdo da luta, mas das próprias militantes. É nesse sentido que o combate contra o feminismo o contrapõe de forma tão direta à noção dominante de feminilidade. A desqualificação é feita pela contraposição com aquilo que se valoriza como imagem tradicional de mulher. As feministas seriam, então, mulheres mal-amadas, masculinizadas, não-belas etc. Um mecanismo recorrente de desqualificação de qualquer rebeldia e oposição aos valores hegemônicos cuja eficiência se deve ao enraizamento do padrão hegemônico de feminilidade, daquilo que é construído como identidade das mulheres, reforçada pelo apelo mercantil que atribui o valor das mulheres em função das necessidades masculinas. O desenvolvimento de uma consciência feminista, portanto, exige a construção de uma alternativa crítica radical a esse padrão de feminilidade.

Crítica também necessária à definição da maternidade como função e identidade centrais das mulheres; ao padrão de relações pessoais e afetivas que reafirmam a subordinação; à heterossexualidade obrigatória; à mercantilização do corpo e da vida das mulheres, entre diversas outras questões que aqui não é possível desenvolver.

RELAÇÕES SOCIAIS, PRÁTICAS SOCIAIS E TRANSFORMAÇÃO

Compreender as relações entre homens e mulheres na sociedade como práticas sociais construídas nos leva a refletir sobre os fundamentos da desigualdade. A noção de relações sociais de sexo, de relações de gênero, afirma que, em primeiro lugar, as desigualdades

entre mulheres e homens são fundadas socialmente; não são as diferenças biológicas que justificam a desigualdade. E que a desigualdade entre os sexos tem uma base material ancorada na divisão sexual do trabalho.

A análise de Danièle Kergoat nos ajuda a refletir de forma mais sistemática. Em seu texto “Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho”, argumenta que os questionamentos da opressão das mulheres trazidos pelo feminismo permitiram ver que os “papéis sociais de homens e mulheres não são produto de um destino biológico, mas que eles são, antes de tudo, construções sociais que têm uma base material”. Central na organização social do trabalho, a divisão sexual do trabalho articula diferenciação e hierarquia das atividades sociais, conformando um processo que, por um lado, fortalece as formas de exploração diferenciada de mulheres e homens e, por outro, conforma padrões de desigualdade entre mulheres e homens que dão aos homens posições de privilégio e poder em relação às mulheres. Por isso a divisão sexual do trabalho deve ser entendida não apenas em seu aspecto descritivo, mas como constitutiva da desigualdade entre os sexos.

A análise específica, particular, dessas relações – das relações sociais de sexo – não significa perceber o mundo de forma fragmentada, uma vez que se busca integrar e articular essas relações ao conjunto das relações sociais. Sintetizando, Danièle Kergoat explicita que essa compreensão das relações sociais de sexo se apóia nos seguintes pontos:

“1 – Em uma ruptura radical com as explicações biologizantes das diferenças entre práticas sociais masculinas e femininas.

2 – Em uma ruptura radical com os modelos supostos universais.

3 – Nas afirmações de que tais diferenças são construídas socialmente e que esta construção social tem uma base material (e não apenas ideológica).

4 – Que elas são, portanto, passíveis de serem aprendidas historicamente.

5 – Na afirmação de que estas relações sociais repousam em princípio e antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos.

6 – De que se trata, evidentemente, de uma relação de poder.”

Não podemos nesse texto abarcar em toda profundidade esse debate. Ressaltamos apenas que compreender a opressão das mulheres no marco de relações sociais, de práticas sociais construídas historicamente, nos leva a orientar nossa militância para a organização política dos sujeitos capazes de romper com estas práticas e protagonizar a construção de novas relações: as mulheres como sujeito coletivo em movimento.

Da mesma forma, construídas socialmente e fundadas em bases materiais, que se articulam em especial pela divisão sexual do trabalho, a perspectiva de mudança exige ruptura com essa base material que fundamenta a desigualdade. O conflito, as contradições entre mulheres e homens estão assentadas sobre práticas e interesses materiais que conformam relações de poder. Por isso a construção da autonomia das mulheres é indispensável para que se possam estabelecer novos parâmetros de relações sociais. Ao falar em fundamentos materiais não nos limitamos às questões econômicas que são, sem dúvida, centrais para a construção da autonomia das mulheres, pois, mantidas as relações de dependência e exploração econômica não se pode falar em autonomia. A construção da autonomia pessoal pressupõe, também, o controle sobre sua vida, sobre o seu corpo, sobre sua atuação no mundo, sobre seu tempo, o que não é dado só pelas condições econômicas, ainda que sejam condições materiais. Exemplo importante é a questão da legalização do aborto, aspecto fundamental da possibilidade de decidir sobre suas opções de vida.

Processos de mudança social efetivamente libertários, como a construção de um socialismo democrático libertário, só podem existir com mudanças nas práticas sociais e nas relações entre mulheres e homens. Um dos grandes desafios que o feminismo trouxe para a

esquerda foi insistir nessa questão: a libertação das mulheres, a igualdade, não é automática. Não é dada como consequência automática da ruptura nas relações de poder de classe. É fundamental que as mulheres, como sujeito político coletivo, sejam parte integral da proposta, que a pauta feminista explicitada faça parte do projeto político de mudança. Para além do direito elementar de participar e decidir sobre seu próprio destino, porque existem conflitos reais. O conflito entre homens e mulheres não é fantasia da nossa cabeça. Nosso cotidiano, nossa militância, a história da esquerda e dos processos revolucionários são testemunho das dificuldades de se construir a igualdade.

Nosso desafio é a construção de um feminismo capaz de se organizar em torno de uma plataforma radical, de esquerda, capaz de mobilizar a força massiva de um movimento de mulheres que não deixe dúvidas que a igualdade real entre mulheres e homens é parte indispensável de nossa luta.

REFERÊNCIA CITADA:

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Júlia M.; MEYER, Dagmar E.; WALDOW, Vera Regina. *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

O FEMINISMO EM NOVAS ROTAS E VISÕES* Matilde Ribeiro**

O presente texto se baseia no debate proposto por Mary Hawkesworth no artigo “A semiótica de um enterro prematuro: o feminismo em uma era pós-feminista”, orientando-se por um olhar latino-americano-caribenho sobre as transformações do feminismo e as conquistas das mulheres em momentos cruciais dessa articulação, lembrando fases memoráveis como a renovação dos ideais feministas, a autonomia do movimento de mulheres negras e sua interrelação com o ativismo negro e feminista, articulações internacionais sintonizados com a realidade/diversidade brasileira e a incorporação da agenda feminista nas instâncias governamentais. A autora expõe o dinamismo e a capacidade de retroalimentação do feminismo brasileiro, características que possibilitam a força necessária para sua sobrevivência e inovações harmonizadas com a evolução de valores sociais diante das conquistas decorrentes de sua existência nos cenários local, regional e global. Substancialmente, desenvolve o texto com ênfase no ativismo local como desencadeador de uma ação efetiva de Estado para equidade de gênero e raça.

*... Essas que cantaram, dançaram, pintaram e bordaram
Essas que escreveram e traduziram sentimentos
Essas que ocuparam ruas e praças
Essas que assumiram os lugares até então proibidos...¹*

PARA COMEÇO DE CONVERSA

Como se tivesse participando de uma rodada de diálogo, reflito em voz alta e elaboro possíveis respostas às indagações sobre os rumos do feminismo. Por puro exercício de imaginação, feminismo em uma era pós-feminista², algumas mulheres que citarei adiante, as colaboradoras deste artigo³ e eu.

Hawkesworth nos brinda com uma instigante análise sobre as perspectivas do feminismo. De um lado, constata que o feminismo experimenta um visível crescimento, seja em suas bases organizativas, seja em seus reflexos em mares nunca antes navegados – pelo menos com a intensidade com que tem sido tratado pelos caminhos do “gênero” nos espaços multilaterais (em especial nas instâncias da ONU), no interior de governos, na academia, entre outros universos. Por outro viés, surgem as interrogações de que o feminismo está em sua fase terminal, afirmação saudada com “o advento da era pós-feminista”.

*Artigo originalmente publicado na Revista Estudos Feministas.

**Militante feminista e doutoranda em serviço social pela PUC-SP; foi Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de março de 2003 a fevereiro de 2008.

Do alto de suas preocupações, Hawkesworth classifica o fenômeno da expansão sem precedentes do feminismo e sua morte prematura como estranho. Assim, pergunta-se: “Como podemos interpretar tais notícias da morte do feminismo? Diante do entusiasmo e variedade das formas proliferativas da teoria e da prática feminista, qual o significado do enterro prematuro do feminismo?”⁴. Com essas indagações, inicia-se um interessante pulsar de idéias. Na busca de respostas, destaca duas hipóteses para a suposta morte do feminismo: a) o “obituário”, como um conjunto de idéias que revelam mudanças no campo feminista como abandono do propósito original – conscientização, política confrontacional e afirmação de bandeiras de luta. Como se o feminismo tivesse se esgotado com o tempo; e b) “extinção evolucionária”, demonstrando a proposição de um processo de seleção natural, como se fosse fatalidade. Trata-se aqui da visão pós-feminista como uma forte convicção de que a visão feminista “extinguiu-se ou logo se extinguirá”, ou que “o pós-feminismo é um marcador de tempo assim como de espaço, sugerindo uma seqüência temporal na qual o feminismo foi transcendido, ocluído, ultrapassado [...] se foi, partiu, morreu”⁵.

Essa conversa nos remete a aprofundamentos e análises orientadas pela visão e acúmulo do ativismo brasileiro e latino-americano-caribenho. Somando-se à vivência internacional do feminismo, emergem certezas de que não é hora de decretar o fim desse movimento. Aliás, essa morte dificilmente ocorrerá, pois esse movimento, como um fio condutor para mudanças, não deixa de existir; transforma-se e moderniza-se.

Hawkesworth traz em seu texto uma formulação de Sonia Alvarez⁶ no trecho em que evidencia a multiplicação dos espaços de atuação feminista. Partilho desse entendimento por perceber as vivacidades do feminismo no Brasil, sua trajetória de reformulações com implicações positivas e inovadoras para a movimentação das ruas, das organizações não-governamentais, dos setores acadêmicos, dos governos, dos movimentos sociais. Ademais, o feminismo alastra-se e traz novas personagens e realidades para a cena política.

FEMINISMO NO BRASIL, BUSCAS E INOVAÇÕES

*... E as que fizeram sem pedir licença,
Essas que desafiaram o coro do destino
E as que com isso abriram as alas e as asas...*

Abrir alas e as asas é o intuito do movimento feminista! Confrontamo-nos a seguir com muitas compreensões sobre feminismo em suas incidências políticas e institucionais. Para Vera Soares⁷, o feminismo “Engloba teoria, pratica ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação da sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo”. A articulação feminista propõe-se como um catalisador das mudanças sociais para as mulheres e também para toda a sociedade. No entanto, não é um movimento homogêneo. Contém uma série de dificuldades de estruturação e de orquestração de sua multiplicidade, como no tratamento da diversidade entre as mulheres (racial, étnica, condição socioeconômica, orientação sexual, geração ou cultural), e também abordagem pluralista nos espaços políticos conquistados na sociedade. Em debates e formulações, são demonstradas controvérsias quanto ao crescimento da participação e ao surgimento de novas atrizes – fatores totalmente benéficos –, pois recolocam em pauta ser ou não ser feminista, os efeitos da popularização do feminismo e, até mesmo, a incorporação das temáticas raciais e étnicas, com seu cunho histórico de questionamento da estrutura da sociedade e também do feminismo ‘tradicional’ branco. Segundo Sandra Azeredo⁸, devido à forma como o movimento feminista tem se organizado, a imagem da feminista tem sido caracterizada como branca, de classe média e intelectualizada.

Na busca de ampliação da plataforma de ação feminista, as mulheres negras teceram inúmeras críticas quanto à invisibilidade de sua ação política. A contestação mais direta refere-se à maneira secundarizada do tratamento de sua opressão e organização, as quais estiveram e estão submetidas pelo sistema. Isto é, seja através do discurso, seja da produção teórica, as mulheres negras aparecem como ‘sujeitos implícitos’. Historicamente, a sociedade tem absorvido de forma mais eficaz as reivindicações das mulheres – brancas – como parte de um ‘processo natural’. A questão racial ainda é um tabu; o combate ao racismo, pela sua sutileza e mascaramento, não ‘emplacou’ como tema socialmente relevante. Essa vicissitude é denunciada por Sonia Giacomini⁹ quando elabora sobre a subalternidade dispensada às mulheres negras desde a resistência nos marcantes períodos da escravidão. A autora aponta para uma visão crítica da história, condenando reducionismos como o trabalho forçado travestido de liberdade econômica, o estupro institucionalizado como sensualidade e liberdade sexual da negra e/ou mulata.

Participantes do movimento negro e feminista, as mulheres negras, conscientes da importância de seu papel na história, visam a desmascarar situações de conflito e exclusão. Com isso, não só contribuíram para a conquista de visibilidade como sujeitos políticos, perante esses movimentos e a sociedade, como também construíram um curso próprio através da constituição do movimento autônomo de mulheres negras. Com isso, lutaram e lutam para garantir a subsistência, direitos sociais e políticos, e qualidade de vida para si, seus familiares e para a comunidade. Explicitamente, a agenda política das mulheres negras transcende as questões de gênero, abarcando o combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito racial.

De maneira geral, no início do século XXI, as mulheres brasileiras anunciaram boas mudanças em suas condições de vida na pesquisa *A mulher brasileira nos espaços público e privado*, realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2001¹⁰. Diante dos cenários da diversidade, a pesquisa trouxe elementos para o debate sobre esses conceitos entre as mulheres do ponto de vista econômico, social e racial, em especial a situação da mulher negra. A tônica da diversidade é ressaltada na apresentação do *Dicionário Mulheres do Brasil*, que atenta para o cultivo da memória das mulheres como fator de justiça a ponto de não ser banalizado o esforço individual e coletivo de milhares de brasileiras que mudaram sua condição: “foram índias contra a violência dos colonizadores, negras contra a escravidão, brancas contra os valores patriarcais vigentes, todas lutando pela transformação das regras impostas ao feminino”¹¹. Vale ressaltar a inserção das biografias orientadas pelos prenomes das mulheres em vez dos nomes das famílias, pois pela história as negras e indígenas não necessariamente possuem sobrenomes.

Os processos de mudança e revisão do feminismo são vistos pelas próprias feministas, pelos setores democráticos e pelos formadores de opinião como momentos de vivacidade, de surgimento de novos conceitos e práticas. Está longe de qualquer especulação responsável o apontamento de morte ou finalização de jornada do movimento feminista. Em uma avaliação crítica, são passíveis de reconhecimento os altos e baixos no processo de mobilização e formulação feminista, assim como a sua capacidade de retomada e reinserção.

A partir de 1985, é notável uma oxigenação no feminismo. Daquele período aos dias atuais, foram realizados 14 Encontros Nacionais Feministas (ENF) e um total de dez Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe com expressivo aumento do número de participantes na mesma proporção da presença efetiva de setores com capacidade de interferência nesse movimento, como as mulheres oriundas da militância sindical, popular e negra, elevando assim a gama de debates. Incorporada ao processo dessas transformações, Sueli Carneiro¹² enaltece o enegrecimento do movimento feminista, fortalecendo o protagonismo das mulheres negras. A diversificação temática nos debates e ações no campo do movimento feminista nacional passou a ter repercussão internacional com o advento das Conferên-

cias Mundiais dos anos 1990, como a Conferência de Direitos Humanos (Viena-1993); a III Conferência de População e Desenvolvimento (Cairo-1984); a IV Conferência da Mulher (Beijing-1995), entre outras.

A Conferência de Beijing possibilitou a abertura da discussão sobre o feminismo e as relações raciais e étnicas em âmbito mundial¹³. A Conferência produziu a Declaração de Beijing'95, documento que reitera compromissos em prol dos direitos humanos. O uso dos termos “raça” e “etnia” gerou longa e dura divergência sobre a qual o Brasil e os Estados Unidos se manifestaram a favor da menção de ambos para fins de dados estatísticos que pudessem gerar documentação acerca da injustiça social. Constata-se que a IV Conferência demonstrou a possibilidade de diálogo e de solidariedade entre as mulheres que vivem diferentes situações sociais e raciais. Transcorridos dez anos, desenvolvem-se novas estratégias de monitoramento das políticas públicas voltadas para as mulheres, visando à construção de novos patamares de vida para elas. Posteriormente, houve a ampliação dos debates entre as mulheres negras, as feministas e as militantes antiracistas na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em 2001¹⁴. O protagonismo das organizações negras e das mulheres negras brasileiras, acrescentando-se a aliança com o movimento feminista, foi fundamental para o debate de gênero e políticas anti-racismo não só para o Brasil, mas também para toda a América Latina.

Recentemente, a Conferência Regional das Américas: Avanços e Desafios no Plano de Ação contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia, e Intolerâncias Correlatas, em 2006, promoveu um diálogo entre representantes de governos e da sociedade civil relacionado ao combate a toda e qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional. Às vésperas da Conferência, militantes feministas/das mulheres, mulheres negras e indígenas participaram do *Diálogo entre Mulheres-das Américas contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação*, propiciando um balanço das principais conquistas nos últimos cinco anos e dos desafios para a efetivação da inclusão das populações negra, indígena e outros grupos sociais vulneráveis pela discriminação, registrado em documento formulado pelas mulheres à Conferência.

Na plenária final da Regional das Américas, os participantes reconheceram ser esse um período oportuno para a tomada de decisões e a formulação de políticas anti-discriminatórias, tendo em vista a discussão internacional acerca das realidades de cada nação e a capacidade de aglutinação de forças por meio de articulações regionais e globais. Governantes e sociedade civil salientaram a criação de mecanismos de aferição das políticas públicas para mensuração da eficácia das ações governamentais mediante acordos e tratados internacionais acerca das temáticas de gênero e raça/etnia; estabeleceram as áreas da educação, saúde, habitação, emprego e renda e comunicação como avanços decisivos na proposta de desenvolvimento das políticas públicas, para que contemplem a partir das especificidades problemas pertinentes às mulheres, idosos, crianças e jovens indígenas e afrodescendentes da região.

QUEBRANDO BARREIRAS GOVERNAMENTAIS

*... E as que ultrapassaram o limite da chegada,
Essas que levaram chibatadas e marcas de ferro quente
Essas que vieram embaladas por sonhos...*

A partir de sua intervenção crítica, o movimento feminista ultrapassou os limites de chegada, recriando paradigmas. A inserção de ativistas com conteúdos feminista e anti-racista nas esferas de decisão possibilita uma imediata mudança de discussão e visão política,

favorecendo agendas determinantes para a promoção dessas populações renegadas pelo sistema hegemônico. Propicia uma proximidade e otimização de interlocução e resolução dos pleitos por meio de revisão e/ou correção das políticas existentes e, conseqüentemente, elevação das possibilidades da eficácia das políticas governamentais ao passo que é fortalecido o diálogo com a sociedade civil.

O comprometimento com o projeto político de promoção da igualdade de gênero e raça não significa apenas garantir a participação desses grupos nos espaços de poder e decisão, mas também fomentar a qualidade e multiplicação de quadros com acúmulo teórico, prático e técnico para garantir ações consolidadas, densas e com repercussão na propagação de órgãos municipais, estaduais e federais parceiros para o desenvolvimento da agenda política governamental condizente com as demandas os movimentos feminista, de mulheres e antiracista. Compreende enfrentar um sistema político engessado pela prática universalista que não dá conta das especificidades, enviando, geralmente, comandos resistentes e preconceituosos diante da renovação proposta pela ordem mundial contra o racismo e o sexismo comungada pelo país em tratados internacionais e, paradoxalmente, entreposta no momento de sua execução interna.

Em consonância com a construção histórica dos movimentos sociais, as bases da política nacional e os compromissos assumidos internacionalmente, o governo brasileiro criou três instrumentos institucionais considerados fundamentais para o enfrentamento das discriminações: a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)¹⁵; a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)¹⁶;¹⁶ e a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), todas vinculadas à Presidência da República. Essas Secretarias inauguram uma página significativa no tratamento dispensado pelo Estado brasileiro às iniquidades resultantes do racismo, das discriminações e das desigualdades sociais históricas.

Mais especificamente, pela constituição da SEPPIR, são declaradas as diretrizes governamentais para o combate ao racismo e à discriminação racial em áreas decisivas para a vida individual e coletiva. No arcabouço dessa agenda política, incluem-se as estratégias de superação do racismo e outros tipos de lutas sociais – o combate ao machismo, ao adultocentrismo e à homofobia. Conseqüentemente, saltam aos olhos ações conjugadas incidentes na vida dos negros, indígenas, mulheres, crianças, adolescentes, jovens e homossexuais visando a superar situações de vulnerabilidade, pobreza e violência, havendo interface com vários movimentos sociais, sobretudo o feminista e o anti-racista.

Como parte dessas estratégias, foram realizadas pelo Governo Federal concertações significativas pela SEPPIR, a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), em 2005, e pela SPM, a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), em 2004. Ambas configuram-se como instrumentos de continuidade dos debates nacionais e internacionais contra as discriminações e ação efetiva do Brasil de cumprimento dos acordos internacionais, estabelecendo políticas públicas que, diferentemente da legislação e dos direitos constitucionais, priorizam, por meio dos planos nacionais de Políticas para as Mulheres e da Igualdade Racial, áreas e setores com programas e projetos que promovem uma reversão na situação de exclusão de mulheres e grupos étnicos/raciais discriminados.

Ilustram esse compromisso do Governo Federal para a promoção da igualdade de gênero e raça iniciativas como o Programa de Fortalecimento Institucional para Igualdade de Gênero e Raça, que visa implementar uma agenda nacional de trabalho decente no Brasil por meio do fomento das políticas públicas de combate à pobreza e geração de trabalho e renda. No mundo do trabalho, a SEPPIR, SPM, Ministério do Trabalho, Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos e Organização Internacional do Trabalho são parcerias no Plano Trabalho Doméstico Cidadão, o qual visa à elevação da escolaridade, ampliação da proteção social, fortalecimento da representação das trabalhadoras domésti-

cas, melhoria das condições de trabalho e moradia, e garantia de direitos trabalhistas. Por meio do projeto Gênero, Diversidade e Orientação Sexual na Escola, professores do ensino fundamental da rede pública estão sendo formados para combater o preconceito em sala de aula. A iniciativa é desenvolvida pela SEPPIR, SPM, Ministério da Educação e Conselho Britânico no Brasil.

Cabe ressaltar que muitas dessas concretizações são fruto das pressões dos movimentos sociais nos seus eixos de atuação, das categorias profissionais conhecedoras das demandas políticas para um trabalho digno, do compromisso do Governo Federal em investir em áreas fundamentais para o desenvolvimento humano e da comunhão dos órgãos internacionais em intervir na solução dos problemas brasileiros. Enfim, o que se deseja como resultado é a igualdade de direitos para o exercício da cidadania e o respeito à diversidade em todas as suas expressões.

PERSPECTIVAS COM BASE EM SONHOS E REALIDADES

*... Essas que ficaram de fora
E aquelas que ainda virão,
E as que viveram por nós.*

A história da humanidade se faz a partir das ações de pessoas e grupos que questionam o poder instituído e lutam pelos seus ideais. É longa a caminhada até o patamar almejado de enraizamento do projeto político contra todas as formas de discriminação, mas certamente as experiências dos últimos anos nos remetem a horizontes otimistas. As mulheres negras estiveram certas em seu processo de luta: para serem condizentes com a história, decidiram que poderiam incidir em todas as questões sociais e políticas, mas principalmente, como disse Carneiro¹⁷, demarcaram o “toque de cor” nas propostas de gênero e no feminismo.

Para o conjunto das mulheres, cada vez mais tem sido possível deixar de lado a perspectiva revanchista e de guetização da luta feminista. A ordem é ocupar todos os espaços na sociedade – o poder público, o parlamento, os meios acadêmicos, as associações, os partidos, os movimentos sociais. Essa ocupação vem acompanhada de inúmeras dificuldades, e nem sempre recheada de poder. Como ação imediata, é preciso identificar as diferentes vertentes dos feminismos, explicitando as diferenças, encontrando os nossos comuns. É necessário reforçar o movimento feminista enquanto movimento produtor de idéias e práticas inovadoras, que questionam a estrutura social vigente – os domínios entre as nações; os mandos e desmandos do capital; a cristalização do poder como sendo atribuição masculina e branca, entre outros fatores. Torna-se também imperativo um eterno e sensível olhar para o cotidiano e ao redor da casa, mas também para a conjuntura nacional e internacional. Hoje as cercas entre os territórios estão cada vez mais tênues. É imprescindível um olhar ‘planetário’, porém sem perder a dimensão do chão. A infiltração dos ideais feministas em todos os espaços parece ser uma forma de quebrar inércias sociais.

A entrada de ativistas feministas/mulheres nas estruturas de governos implica a interiorização dos valores feministas/das mulheres para confronto dos distúrbios sociais que alijam a qualidade de vida das mulheres. Significa a intervenção direta e organizada em busca de políticas públicas sintonizadas com os interesses da agenda e a estruturação de pilares que promovam uma transformação real da ordem sociopolítica brasileira.

Das conversas imaginárias iniciais deste artigo ao seu desfecho, minhas interlocutoras e eu reiteramos que não há morte e sim modernização e definição de novos rumos e focos para o feminismo. Temos pela frente uma atualização de pensamento sobre o alcance do

feminismo, suas conseqüências para a sociedade, suas inserções institucionais, e tantas outras questões do cotidiano das ações coletivas das mulheres que, conscientemente ou não, são feministas.

Isso nos exige cada vez mais a capacidade de conviver com ações políticas na sociedade e com a institucionalização desse feminismo, porém sem esquecer princípios e autonomia. Faz-se urgente a ocupação de mais espaços de poder que possam ser assumidos individualmente pelas mulheres e também por seus grupos e organizações. Mas é igualmente importante e emergencial a visibilidade do movimento feminista como um movimento de contestação, que sai às ruas demarcando suas posições de rebeldia, ousadia e firmeza na construção da tão almejada justiça social.

NOTAS

1. Frases do poema "A essas e tantas outras", publicado no *Dicionário Mulheres do Brasil* (Schuma SCHUMAHER e Érico Vital BRAZIL, 2000). No decorrer do texto serão utilizadas na introdução de cada capítulo.
2. HAWKESWORTH, 2006.
3. Texto escrito com a colaboração de Angelita Garcia, socióloga e assistente de programa do Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher), e Isabel Clavelin, jornalista, às quais agradeço pela inspiração e paciência no diálogo.
4. HAWKESWORTH, 2006, p. 739.
5. HAWKESWORTH, 2006, p. 746.
6. ALVAREZ, 1998.
7. SOARES, 2004, p. 162.
8. AZEREDO, 1994, p. 203-216.
9. GIACOMINI, 1988.
10. Gustavo VENTURI, Marisol RECAMAN e Suely OLIVEIRA, 2004.
11. SCHUMAHER e BRAZIL, 2000, p. 16.
12. CARNEIRO, 2003.
13. Matilde RIBEIRO, 1995.
14. ONU, 2002.
15. Criada em 21 de março de 2003, Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial, a SEPPIR tem a incumbência de acompanhar e coordenar políticas, de forma transversal, com as demais pastas ministeriais de cunho afirmativo e promotor de igualdade entre as raças/etnias discriminadas negra, indígena, cigana, judaica e árabepalestina. Foi institucionalizada pela Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003. Disponível em: https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.678.htm. Acesso em: 19 nov. 2006.
16. A SPM foi criada através da Medida Provisória 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na Lei nº 10.683, de 2003, para desenvolver ações conjuntas com todos os Ministérios e Secretarias Especiais, tendo como desafio a incorporação das especificidades das mulheres nas po em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2003/103.htm. Acesso em: 19 nov. 2006.
17. CARNEIRO, 2003.

BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ, Sonia. "Feminismos latinoamericanos: reflexiones teóricas y perspectivas comparativas". In: RÍOS TOBAR, Marcela (Org.). *Reflexiones teóricas y comparativas sobre los feminismos en Chile y America Latina*. Santiago: Notas del Conversatorio, 1998. p. 4-22.

- AZEREDO, Sandra. "Teorizando sobre gênero e relações raciais". *Revista Estudos Feministas*, número especial, p. 203-216, 2. sem. 1994.
- CARNEIRO, Sueli. "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero". In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 1., 2004, Brasília. *Anais...* Brasília: SPM, 2004. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/arquivos/integra_anais Acesso em: 3 nov. 2006.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, 1., 2006, Brasília. *Relatório Final*. Brasília: Seppir, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/seppir/publicacoes/relatorio_final_conapir.pdf Acesso em: 3 nov. 2006.
- CONFERÊNCIA REGIONAL DAS AMÉRICAS, 1., 2006, Brasília. *Resumo da Plenária Final*. Brasília: Seppir, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/seppir/publicacoes/reuniao_plenaria_final.pdf Acesso em: 3 nov. 2006.
- GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- HAWKESWORTH, Mary. "A semiótica de um encontro prematuro: o feminismo em uma era pós-feminista". *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 3, p. 737-763, 2006.
- ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração e Plano de Ação de Durban da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2002.
- RIBEIRO, Matilde. "Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing". *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 446-457, 1995.
- SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- SOARES, Vera. "O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras". In: VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suelly (Orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. 1. ed. São Paulo: Editora e Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 161-182.
- VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suelly (Orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. 1. ed. São Paulo: Editora e Fundação Perseu Abramo, 2004.

DIREITO AO CORPO, DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO: PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

Angélica Fernandes*

O debate sobre a legalização do aborto é muito importante no marco da luta pela libertação das mulheres. Ele articula diversos aspectos da dimensão do *ser mulher*. O principal deles é o direito das mulheres decidirem sobre sua vida sexual e reprodutiva. Ou seja, se querem ou não ter filhos (e quantos) e em que momento de suas vidas, sem a imposição de outros interesses que não os seus próprios. Esse debate é ainda mais importante quando a mulher em questão é jovem, negra ou trabalhadora (ou as três coisas ao mesmo tempo).

O controle sobre o corpo e a sexualidade da mulher é um dos principais pilares de sustentação da opressão e subordinação feminina, que determina seu papel social. Na verdade, o *ser mulher* é uma construção social que reserva ao sexo feminino um papel secundário na sociedade, apoiado numa rígida divisão. A partir das diferenças biológicas e sexuais, são construídas funções diferentes na sociedade para mulheres e homens. Nesta rígida divisão sexual cabe às mulheres a responsabilidade com a reprodução social da vida: ter filhos, educá-los, criá-los, cuidá-los. Como também cuidar da casa, do marido, da família, dos idosos, enfim, de tudo que se relacione com o mundo privado. Cabe à mulher garantir as condições para a reprodução da força de trabalho.

A opressão, subordinação e submissão da mulher estão a serviço do controle de sua vida e, principalmente, do controle de sua sexualidade. Esta situação se expressa na família, pois em nossa sociedade a família é a instituição fundamental para a reprodução e manutenção da subordinação das mulheres. É nesta lógica, do papel designado à mulher, que a sexualidade é associada à reprodução. Neste sentido, há também uma heterossexualidade compulsória e a lesbianidade é motivo de forte repulsa, pois, em tese, tiraria da mulher o sentido máximo de sua vida, a reprodução biológica.

Portanto, à mulher não lhe é permitida a plena sexualidade, principalmente quando jovens. Lamentavelmente, grande parte de nossa sociedade ainda relaciona obrigatoriamente a sexualidade e a reprodução. Em particular, os setores conservadores buscam eternizar essa condição social subalterna da mulher, glorificando a maternidade, elevando-a à única forma de realização plena das mulheres. Outras dimensões são consideradas secundárias quando se trata da auto-realização feminina: a autonomia pessoal e econômica, o desenvolvimento político, cultural e o direito à livre orientação sexual. Enfim, a maternidade e a constituição da família nos moldes tradicionais passam a ser uma imposição social e não uma escolha autônoma das mulheres.

Neste sentido, a luta pela legalização do aborto é parte constitutiva da luta feminista, ao questionar o papel social historicamente atribuído à mulher, o controle de sua sexualidade, a interferência em suas escolhas. Essa luta não está desassociada de uma luta maior pela mudança do atual modelo de sociedade, o capitalismo.

*Militante feminista, membro do Diretório Nacional do PT e Secretária de Formação Política do PT-SP

O capitalismo se reapropriou da opressão e da subordinação da mulher, já existente nas outras sociedades, e fez dela um de seus pilares de sustentação. Assim, a luta pela legalização do aborto é uma luta pela libertação das mulheres e tem um sentido anticapitalista.

A LUTA PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO HOJE

A legalização do aborto é um tema atualíssimo. Não há como negar que o aborto existe e chega a assumir dimensões que o coloca em um dos principais pontos que incidem diretamente na vida das mulheres.

Apesar de estarmos para completar quase uma década no século 21, assistimos a ampliação da hegemonia política conservadora, reforçando a ideologia capitalista, o patriarcalismo, a monogamia e heterossexualidade compulsórias. O resultado prático é a discriminação e mesmo a criminalização das mulheres.

Na Câmara Federal, assistimos a iniciativas de parlamentares fundamentalistas, incluindo alguns do Partido dos Trabalhadores, que insistem em fortalecer a Frente em Defesa da Vida, que parece ter a pretensão de se transformar nas cruzadas do Santo Ofício na busca das hereges. Não bastando isto, esses senhores buscam instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Legislativo para investigar os casos de aborto. Outro exemplo bizarro é a bolsa-estupro, um auxílio para mulheres vítimas de gravidez resultante de violência sexual.

Neste clima obscurantista, o Poder Judiciário em Mato Grosso do Sul resolve ouvir dez mil mulheres, acusadas de praticar aborto, e já processa na justiça mulheres acusadas de propagandear e incitar a interrupção da gravidez.

A verdade é que esses “representantes do povo” estão muito longe de saber qual a realidade do aborto no Brasil. Em abril de 2008, foi amplamente divulgada a pesquisa realizada por duas universidades brasileiras (Universidade de Brasília e Universidade do Estado do Rio de Janeiro), na qual a maioria entre as que declararam ter praticado aborto é de católicas, seguidas pelas espíritas e depois evangélicas. E ficou constatado que as mulheres que lançam mão do aborto, o fazem como uma última alternativa frente à falha do método contraceptivo. Outro dado é o alto número de mulheres casadas, conforme demonstra a pesquisa, que também interrompe a gravidez.

O fato colocado é que, apesar da proibição legal ao aborto, está provado que a interrupção da gravidez existe, é amplo fato social e vem sendo realizada, na maioria das vezes, em péssimas condições, colocando em risco a vida das mulheres.

Portanto, fechar os olhos para o abortamento, como uma questão inclusive de saúde pública, é continuar impondo uma tragédia individual (e às vezes, a própria morte), às milhares de mulheres pobres, negras e jovens, muitas das quais ainda se vêem ameaçadas pela denúncia e punição judicial.

AS JOVENS E O ABORTO

O ambiente conservador e a hegemonia de suas concepções, que também se fazem presentes na juventude, têm prejudicado o debate sobre o aborto nos diferentes espaços de discussão, organização e mobilização das jovens.

Se o debate acerca do aborto já é muito difícil para as mulheres adultas, ele é muito mais complicado para as jovens, principalmente no ambiente familiar. A falta de políticas públicas específicas para a juventude, associada à conservadora moral vigente, incide negativamente no exercício da plena sexualidade das jovens, pois torna-se mais difícil o acesso aos métodos contraceptivos e à informação – que nesta etapa da vida é fundamental.

Hoje, 20% das crianças que nascem são filhas de jovens, na grande maioria das vezes sem as mínimas condições econômicas e pessoais para assumir a maternidade. A grande maioria das jovens nesta situação, frente aos problemas com a família, tende a sair de casa e a grande maioria a abandonar os estudos.

Infelizmente, nem mesmo os partidos de esquerda e nem mesmo os movimentos da juventude têm pautado o tema da legalização do aborto com a centralidade que merece. É necessário visibilizar esse debate como forma de construir um processo que aponte para garantir às jovens o direito ao exercício autônomo e responsável de sua sexualidade, para que as mulheres jovens possam fazer suas escolhas e ter direito a uma vida plena e feliz.

O PARTIDO DOS TRABALHADORES E O DEBATE SOBRE O ABORTO

A atual legislação brasileira criminaliza o aborto. No entanto, não impede sua prática disseminada, apenas o coloca na clandestinidade. É necessário, portanto, pautar a legalização do aborto junto à sociedade brasileira, pois a interrupção da gravidez é amplamente praticada no Brasil. A verdade é que a grande maioria das mulheres que pratica aborto o faz sem os necessários cuidados médicos (só acessíveis àquelas que podem pagar por serviços de clínicas particulares). Essa situação tem acarretado sérios danos à saúde das mulheres e chega, inclusive, a colocar em risco sua vida. Um dado alarmante: a maioria das mulheres que morrem vítima de aborto mal feito é de mulheres pobres.

O debate sobre a legalização do aborto nas diferentes culturas mostra que essa não é uma questão simples. Este debate é permeado por elementos ideológicos, religiosos, científicos e políticos que na maioria das vezes são inspirados na posição de subordinação que a mulher historicamente ocupou na sociedade.

O Partido dos Trabalhadores, desde sua fundação, incorporou a luta pela libertação da mulher como parte de seu programa político e a legalização do aborto é item de algumas resoluções de vários encontros nacionais do partido. Neste sentido, destacam-se duas importantes resoluções, aprovadas em 2006 e 2007. O 13º Encontro Nacional do PT, em junho de 2006, aprovou, por maioria absoluta, uma resolução que determinava que os parlamentares do partido deveriam se afastar da Frente em Defesa da Vida. Já o III Congresso do PT, em setembro de 2007, por imensa maioria, aprovou a posição da “descriminalização do aborto, com garantia de seu atendimento pelo Sistema Único de Saúde”, uma vitória daquelas companheiras que ousaram mais uma vez e colocaram os direitos das mulheres em pauta.

O ABORTO AO LONGO DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

No debate sobre a legalização do aborto confrontam-se concepções profundamente divergentes. Por exemplo, quando se trata de um aborto espontâneo, não se procura saber se o feto era ou não humano, se tinha ou não alma, e não necessariamente se providencia batismo, funeral ou outras formalidades legais.

Mas ao se tratar de um aborto provocado, tudo muda radicalmente, e inicia-se um profundo debate sobre a fecundação, a formação ou não de um ser humano, a existência da alma, de quando o embrião se transforma em feto, e quando o feto já é bebê em formação (tendo direito ao reconhecimento da vida).

Especialmente da Igreja Católica tem protagonizado este debate e levado suas concepções fundamentalistas às últimas consequências. Ela se baseia em argumentos e conceitos teológicos e o pecado original é a grande premissa, que terá mudança ao longo da história.

Ao longo da história das diferentes sociedades, a Igreja Católica adotou algumas posições acerca do aborto e inclusive dentro da própria Igreja existem posições diferentes acerca do tema.

Mas o interessante é analisar que no século 3, Tertuliano, um dos primeiros teóricos do cristianismo, admitia o aborto terapêutico. Em algumas situações, a Igreja se pronunciou em favor da vida da mãe, principalmente quando se tratava de família numerosa (Pio XII).

Santo Tomás de Aquino sustentava que não existe um ser humano no ventre durante as primeiras etapas de gravidez, sendo que o feto masculino recebe a alma com quarenta dias, enquanto o feto fêmea, com oitenta dias.

Já o Papa Inocêncio afirmava que a alma se infundia no corpo no momento do nascimento. O Papa Leão XIII dizia que a infusão da alma dizia respeito no primeiro ato de inteligência da criança. Em 1869, o Papa Pio IX anuncia que a alma é recebida na concepção.

Atualmente, a pregação contra o aborto, por parte da religião católica e demais religiões, baseia-se no argumento da defesa da vida humana.

A SOCIEDADE BRASILEIRA E O DEBATE SOBRE O ABORTO LEGAL

O debate sobre a legalização do aborto no Brasil é uma pauta permanente. Na atual conjuntura, com forte avanço do conservadorismo, vivemos uma correlação de forças desfavorável às mulheres.

Existem elementos essenciais no debate sobre a legalização do aborto que os movimentos de mulheres e feministas devem pautar. O primeiro deles é a laicidade do Estado. Se é verdade que nas revoluções ocorridas no século 19 a igreja se separou do Estado, tornando a religião um tema privado, não podemos aceitar que as convicções religiosas sejam um obstáculo para que o Estado implemente políticas públicas capazes de assegurar o direito das mulheres em todas as fases de sua vida, atendendo todas as suas necessidades, respeitando sua sexualidade, suas escolhas, a diversidade sexual e étnica das mulheres.

Neste sentido, temos que reconhecer a importância das duas Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres, que aprovaram a legalização do aborto e o atendimento pela rede pública. Foi um avanço significativo ao reconhecer que as mulheres que lançam mão do aborto têm direito a um atendimento digno e de qualidade. No mesmo caminho, a resolução do Comitê de Direitos Humanos da ONU reconhece a necessidade das mulheres terem acesso aos métodos contraceptivos para que não seja necessário recorrer ao abortamento clandestino.

O FEMINISMO E A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

O aborto no Brasil, antes de tudo, é uma questão de classe, porque quem morre vítima de abortos clandestinos sem nenhuma condição de higiene são as mulheres trabalhadoras, pobres, negras, jovens, enfim a maioria das mulheres.

É consciente desta situação que a defesa do direito ao aborto pelo movimento feminista se baseia na autodeterminação das mulheres, e busca trazer o debate para a esfera dos direitos, como forma de libertar a mulher da moral burguesa, conservadora, e da moral religiosa, que condenam a interrupção de uma gravidez indesejada.

O aborto legal para as feministas não pode ser debatido como um fim em si mesmo e deve ser discutido a partir de uma premissa que considere as mulheres como sujeitos de direito. Portanto é necessário que seja garantido o acesso aos direitos sexuais e reprodu-

tivos como uma política consciente do Estado, inclusive com a garantia do planejamento familiar, dos métodos contraceptivos, enfim do conjunto de medidas que evitem uma gravidez indesejada.

Isso significa que apesar de toda a assistência e acesso à informação e aos métodos contraceptivos, caso a mulher queira e decida tem que ter direito ao aborto assistida pelo sistema público de saúde.

A LUTA PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

A luta pela legalização do aborto exigirá muita organização do movimento de mulheres. É necessário pautar os movimentos sociais e partidos políticos para este debate que, antes de tudo, tem forte conteúdo libertário.

No PT, reconhecemos que nossa organização sofreu um profundo retrocesso nos últimos anos. Para cumprirmos com nosso papel histórico é necessário o aprofundamento da democracia interna que respeite a diversidade, reafirmando e fazendo cumprir as resoluções políticas votadas em encontros e congressos que representam o acúmulo da luta das mulheres.

Nós, mulheres do PT, feministas e socialistas, conhecemos o tamanho do desafio apresentado, mas sabemos que somos aquelas que contribuíram para mudar a história de nosso país ao estabelecermos as cotas de 30% e o conjunto de políticas de ação afirmativa. Fomos nós que começamos a propor as políticas públicas para confrontar a falsa “neutralidade do Estado”, e com a mesma energia, construiremos um forte movimento de mulheres e feminista que possa garantir o aborto legal como um direito das mulheres brasileiras.

*Mc no movimento hip hop. Coordenou em 2007 e 2008 o projeto Hip Hop Mulher.

DIÁLOGOS SOBRE SEXUALIDADE Atiely Santos*

Este texto é na verdade um relato sobre o espaço de debate sobre sexualidade do I Seminário Nacional de Mulheres Jovens do PT.

Neste encontro, onde estiveram presentes por volta de 65 jovens de várias regiões do Brasil, pudemos em um momento muito especial dialogar sobre aborto, combate à violência, educação não sexista e não racista, mercantilização do corpo da mulher, políticas públicas de gênero, sexualidade, trabalho e autonomia, de uma forma muito interessante em que as jovens escolhiam o tema que gostariam de dialogar e, pelo que percebi, esses temas foram escolhidos devido às necessidades que as jovens têm de discutir e ampliar o conhecimento nessas temáticas, e porque eram também bandeiras fundamentais do feminismo.

Fiquei responsável pelo tema Sexualidade. As jovens se revezavam para saber, dialogar, discutir e até desabafar suas dúvidas, posicionamentos, posturas, etc. Nosso ponto de partida foi a música “Ser Livre” (rap escrito para a campanha “Hip Hop Mandando Fechado em Saúde e Sexualidade”, autoria de JC, Alessa, Márcia 2 Pac e Prima Donna).

Segue a letra: Minha sexualidade não interessa a ninguém/Cada um tem a sua, então pra mim tudo bem./Por que meu sentimento tem que ser discriminado?/Por que damos ouvidos ao que se fala?/Minha diversidade não se torna diferente/Muito menos incapaz ou indecente/Pecadores todos somos desde o dia que nascemos/Vencedores também até na hora que morremos/Sou homem, mulher, homossexual/ Tudo que a hipocrisia repudia e passa mal/Tudo isso não é certo?/Não julguem o que somos./Porque apesar de tudo sou um ser humano/Não se esconda se assuma/E não se esqueça a vida é sua/Você é ser humano e merece viver bem/Livre de preconceito e discriminação/Ser Livre/Pense nisso, então/Cada um tem o seu gosto pessoal/Nem por isso vão perder sua moral/Admiro quem tem a capacidade/De assumir sua diversidade/Independente do que fazem ou o que deixam de fazer/ Não fazem mal a ninguém, nem a mim, nem a você/Nesse caso pra mim a amizade é importante/E o respeito mútuo deve reinar a todo instante/Não se esconda, se assuma/Não se esqueça a vida é sua/Pare, pense, reflita, tenha postura/Se você tem preconceito, só lamento por você./Esqueça a vida dos outros, vê se aprenda a viver/ Não se esconda se assuma/E não se esqueça a vida é sua/Você é ser humano e merece viver bem/Livre de preconceito e discriminação/Ser Livre/Pense nisso, então/ Todo mundo tem direito sexual/Também opinar entre o bem e o mal/Pois da sua vida você sabe bem/A sua opção não interessa a ninguém/ Na sua vida fazem invasão/Pra deturpar a sua opção/Confundem toda a situação/Chamando de viado e sapatão/Me desculpem os preconceituosos/O problema não é seu, esse problema é nosso!/Abra a sua cabeça e tire o preconceito/Vamos rever esses seus conceitos/Respeito é pra quem tem e pra quem quer/Seja ele homem, seja mulher/Venho nessa ficar pra dizer qual é/Negona Boladona do “polícia sai do pé”/Não se esconda se assuma/E não se esqueça a vida é sua/Você é ser humano e merece viver bem/Livre de preconceito e discriminação/Ser

Livre/Pense nisso, então/ Não adianta me julgar com sua atitude moralista/Porque sabe que o amor não tem fronteiras/Você se arrisca./Se isso é estranho pra você/Por que é errado?/Me explica.../Quero respeito porque sou diferente da forma prevista/Isto me lembra a história de Xica da Silva/Quando bateu de frente com a sociedade racista/Sou dona de mim mesma e agora viro a mesa/O que é diverso não pode ser tratado com indiferença/Se eu gosto de uma mulher/Te agrido por não ser o que quer/Mostro a cara me assumo/Quero o meu direito de amar/Como você também quer o seu direito de amar/E o meu direito de amar???/Não se esconda se assuma/E não se esqueça a vida é sua/Você é ser humano e merece viver bem/Livre de preconceito e discriminação/Ser Livre/Pense nisso, então.

Após ouvirmos a música “Ser Livre”, a seguinte pergunta foi lançada na roda de conversa com a temática Sexualidade: O que te dá mais prazer?

Sobre a mesa de discussão, uma toalha de papel foi colocada para que as jovens pudessem escrever e/ou desenhar tudo o que lhes vinha à mente sobre o tema e várias respostas foram trazidas praticamente como desabafos, escritas ou desenhadas na mesa para socializarmos entre nós. E às vezes, com as outras mesas, quando o bate-papo ficava mais quente.

Palavras como: chocolate, liberdade, sexo, beijo, morder algo ou alguém, militância, vencer, namorar e até sentir o vento no rosto quando se está pilotando uma moto foram ditas num espaço onde as jovens se apresentavam da seguinte forma: 90% heterossexuais, 7% bissexuais e 3% lésbicas.

Atiely Santos



Foi incrível como as idéias iam sendo escritas no papel, fazendo com que o bate-papo ficasse mais interessante. Muitas vezes, eu mesma ia escrevendo o que elas iam falando, para que não se perdesse nada. Discutimos desde a postura da “feminista em quatro paredes” até a “feminista dentro do partido”.

Tivemos também uma discussão muito interessante sobre gênero e a participação das mulheres no partido. O interesse e a importância de estar em todos os espaços de poder não somente como a “namorada do Fulano”, mas como a principal, a pessoa que está lá realizando e sendo reconhecida pelo seu trabalho, sem ter que ser lembrada como a “sombra” que acompanha alguém. E nos lembramos de situações que acontecem com homens e mulheres dentro e fora do partido, que acabam por diminuir somente a mulher e nunca o homem.

Exemplos:

- Fulano tem uma amante!

Comentários: (Nossa!!!!!! O Fulano é o cara, pega todas!!!!!!).

- Cicrana tem um amante!

Comentários: (Nossa!!!!!! Isso é um absurdo, onde está a moral? Essa mulher está praticamente condenada no partido!!)

Foi apontado que algumas jovens preferem não se envolver afetivamente com outros jovens dentro do partido. Muitas vezes reprimindo seus desejos para não serem discriminadas.

O que tem por objetivo a união para o fortalecimento das partes acaba se tornando uma disputa de poder dentro do próprio espaço de militância. E apesar das mulheres serem maioria no partido, são elas as que menos ocupam os principais cargos e/ou lugares de destaque. Essa situação foi muito bem apresentada por elas, numa peça de teatro de improviso. Elas fizeram vários papéis de personagens-chaves dentro do partido: os diretores, o dirigente da reunião, o presidente, o homem jovem, o homem maduro, o casado, o candidato, a candidata e, por fim, a esposa, numa reunião do partido.

Atiely Santos



A palavra liberdade foi a mais citada. O que me fez perceber a importância de se sentir livre, de ir e vir, de sentir o prazer que se quer e com quem quiser vai ser solidificando e ficando cada vez mais forte entre as jovens que buscam seu espaço, não somente no partido, como militantes, mas em suas próprias vidas, como mulheres jovens.

São Paulo, 1º de maio de 2008.

EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA

E NÃO RACISTA Camila Macarini* e Juliana Borges**

Durante o I Seminário das Jovens do PT vivenciamos um espaço de debates sobre os desafios das mulheres no movimento e no partido, além de conhecermos a história de luta de mulheres petistas que ajudaram e ajudam a construir nosso Partido. Dos diferentes assuntos debatidos, falaremos nesse texto sobre a educação não-sexista e não-racista. Não pretendemos esgotar o debate, mas iniciar uma reflexão para avançarmos nessa luta.

Antes de pensarmos o machismo e o racismo na educação temos que refletir sobre o que é a educação, seu papel histórico e a quais interesses tem servido. Sabemos que ela é fundamental na perpetuação dos valores sociais. O projeto de educação é resultado de disputas políticas e ideológicas. Segundo Paulo Freire, “todo ato pedagógico é um ato político”. A disputa da educação é uma disputa de sociedade. Por isso, como jovens petistas devemos pensar as formas para construirmos uma educação popular, libertadora, com horizonte em uma sociedade socialista. O machismo e o racismo são fundamentais para a manutenção do capitalismo, possuem bases materiais que sustentam essa sociedade desigual. Não podemos deixar que a educação seja um mecanismo de perpetuação da opressão e a discriminação.

A educação, em todos seus níveis, tem educado para diferenças entre os sexos, muitas vezes entendidas como “naturais”, mas que são construídas socialmente. As mulheres são educadas para serem cuidadosas, meigas, delicadas, responsáveis pela família, pela educação dos filhos, para os espaços privados. Os homens para serem fortes, corajosos, responsáveis pelo sustento da família, para os espaços públicos. Essa educação desigual acaba diminuindo a potencialidade de meninos e meninas no espaço escolar e em suas vidas, exercitando diferentes capacidades cognitivas e afetivas, além de gerar muitas desigualdades e opressões. Essa construção também é conhecida como a construção de gênero.

Encontramos as desigualdade de gênero em vários espaços. Entre a categoria dos educadores temos diferenças não apenas salariais, mas nos níveis de ensino. Na educação infantil e fundamental, atividades ditas de cuidado, que trabalham na maioria das vezes com crianças e jovens, temos uma maioria de mulheres. No ensino médio, o número de mulheres e homens se iguala. Já no ensino técnico e superior, vistos como níveis da educação formal mais intelectuais e tecnológicos, com maior prestígio social, a maioria dos docentes é homem. Na universidade na é diferente. Além de termos uma diferença na procura de cursos superiores, as mulheres também são minoria nos espaços de direção, ou mesmo em projetos de pesquisa e extensão.

Em relação ao racismo, ele também está presente nas universidades. Para os negros e negras, além de serem maioria na sociedade e minoria na universidade, estão presentes em cursos mais voltados para a área de humanas. Em cursos ditos tradicionais, a presença é praticamente nula. Por isso, que uma das principais pautas do movimento

*Diretora de Políticas Sociais da UNE
** membro do DCE da USP
Ambas são militantes feministas da JPT.

negro e da juventude negra é a reivindicação de políticas de ações afirmativas, como as cotas nas universidades.

Essa desigualdade pode ser identificada de várias formas na sociedade. Outro exemplo está nas diferenças salariais. Historicamente as atividades ligadas às mulheres são desvalorizadas. O mercado de trabalho exige delas mais formação profissional para os postos de trabalho. Com as mulheres negras a situação piora, atualmente constituem 80% das trabalhadoras domésticas e recebem 25% do salário de um homem branco.

Nosso Estado, durante o regime escravocrata, podou o africano de suas identidades sociais, suprimiu traços culturais, religiosos e lingüísticos. Após a abolição vimos políticas institucionais de embranquecimento da população, criação do mito da mestiçagem e democracia racial no país, além da proibição dos negros terem acesso às escolas. A educação vigente leva a população negra a pensar ser inferior.

Pensar uma educação não sexista, não-racista e afrodescendente é repensar o currículo nas escolas e universidades. O Estado tem papel fundamental na superação dessas desigualdades, e por isso, deve ter um olhar para a educação e para a formação de educadores. Precisamos de um novo modelo político-pedagógico que dê conta de superar as opressões. Não apenas aos educadores cabe avaliar textos em sala, apontar conteúdos racistas e sexistas, mas também a administração escolar e a comunidade. A rede de ensino deve ter formação constante, já que ainda em nossos dias a universidade, com poucas exceções, não inclui em seus currículos, o debate sobre o racismo e machismo na educação. Os materiais didáticos, o uso da linguagem, as práticas pedagógicas, a forma como tratamos crianças, jovens e adultos conforme seu gênero e sua raça devem ser motivo de reflexão para os e as educadoras.

Em nosso Seminário o debate sobre a educação não sexista e não racista foi motivo de muita participação. Na dinâmica de nosso grupo, muitas companheiras compartilharam experiências e vivências que só reafirmam a necessidade de avançarmos em nossa luta, pois esse tipo de educação ainda está bastante presente em todos os níveis. A JPT também é parte da construção dessa nova educação. Quando nos propomos a construir uma nova sociedade temos que ter isso presente em nossa militância, nas instâncias partidárias, e também em possíveis passagens pela institucionalidade. Além disso, os movimentos sociais são fundamentais na disputa do projeto de educação e no tensionamento do Estado na construção de uma educação que construa a igualdade na diversidade. Precisamos de uma sociedade que possibilite a construção de mulheres e homens livres e que combata todo tipo de discriminação.

DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO

Maria Lúcia da Silveira*

Do ponto de vista de um Estado democrático e de um processo de justiça social, os anos 1990 representaram um duro golpe nas políticas de caráter universal e redistributivas que, de um modo mais ou menos consistente, inspiravam a formulação de políticas públicas em diversos países pobres do terceiro mundo. Nesse contexto, as políticas neoliberais foram avassaladoras, colocando todos e todas que se preocupavam em dar um caráter público ao Estado a remarem contra a maré do Estado mínimo e das políticas compensatórias.

Esse processo foi e tem sido muito prejudicial ao conjunto da população, mas, mais particularmente, às mulheres que vinham obtendo algum espaço na agenda política, como saldo das lutas do movimento feminista, no sentido de construir políticas que melhorassem a vida das mulheres de setores populares, ampliassem a sua cidadania e qualidade de vida.

Também do ponto de vista político-ideológico presenciamos um retrocesso na formulação das políticas que tendiam a caminhar na direção da igualdade, pois este percurso pressupõe distribuir renda e poder entre grupos, ou seja, acolher as diferenças num parâmetro comum de diálogo entre os sujeitos coletivos e seus pertencimentos de raça/etnia, classe, geração, orientação sexual etc. Tal perspectiva – que sinalizava para a construção de uma cidadania realmente democrática em um marco redistributivo – foi colocada em risco.

O QUE TEM ISSO A VER COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO?

Muita coisa, pois o primeiro passo para discuti-las é esclarecer os marcos nos quais elas se tornam possíveis. É necessário reconhecer o terreno, os limites e os desafios para alcançá-las a fim de estabelecer novas pautas políticas, elaborando estratégias para identificar e articular os sujeitos capazes de sustentá-las, demandá-las, formulá-las, articulá-las no interior da máquina do Estado.

Propor políticas públicas de gênero exige estabelecer o sentido das mudanças, se as pretendemos com um caráter emancipatório (Souza Santos, Boaventura, 1996).

A partir do debate público dos desafios numa sociedade civil que não é homogênea, torna-se possível encarar as tensões geradas nesse processo com propostas que sejam saídas coletivas, geradas como vontade política de setores organizados das mulheres nos espaços públicos criados, com capacidade de repercutir no plano da agenda política do Estado.

Resgatar as mulheres como sujeito das políticas implica construir canais de debate para definir prioridades e desenhar estratégias para caminhar no sentido de transformar os organismos de políticas para mulheres nos governos democráticos em seus diversos níveis (federal, estadual e municipal) em interlocutores válidos para construir as pautas políticas e articuladores gerais das políticas públicas prioritárias.

* Socióloga da Coordenadoria da Mulher da Prefeitura de São Paulo, doutora em Sociologia pela PUC/SP

Não temos outra alternativa se quisermos construir uma nova institucionalidade (Guzmán, V., 2000) necessária para podermos falar em políticas públicas de gênero visando à igualdade se não enfrentarmos todos esses desafios.

As políticas não são neutras. É preciso indagar também o modo como são construídas e a quem beneficiam, além de observar a lógica tradicional do Estado que tende à fragmentação das ações. Caminhar para políticas integradas de gênero é uma aspiração ainda distante para a maioria dos organismos de políticas para mulheres em nossas administrações. Isso não quer dizer que não fizemos muito e que não tenhamos saldo positivo a apresentar.

Muitas vezes pegamos atalhos para assegurar políticas para as mulheres, somos obrigadas a nos contentarmos com ações de pequeno alcance, restritas aos projetos-pilotos, ainda que reconhecidas como boas práticas ou experiências exitosas. Sem desmerecer o chamado efeito-demonstração, precisamos nos colocar a questão da disputa por recursos orçamentários e controle social das políticas amplas para reverter a condição de setores significativos das mulheres.

A socióloga portuguesa Virgínia Ferreira, no estudo sobre “*A mundialização das políticas de igualdade entre os sexos*” (2002, CNRS), problematizou em sua reflexão sobre as políticas de igualdade no âmbito da sociedade portuguesa e da União Européia o baixo grau de aplicação pelos governos das plataformas, planos e diretrizes de gênero acordadas em fóruns e conferências de organismos internacionais. Cabe esclarecer as razões pelas quais as políticas de gênero do *mainstreaming* não se realizam de modo continuado. Ferreira aponta estudos que indicam que tais políticas de gênero “*chegam a esfumar-se quando chegam ao terreno da implementação prática... Uma análise de 417 projetos de desenvolvimento promovidos no âmbito de diferentes setores da ONU permitiu identificar alguns dos fatores para que assim aconteça: a falta de atenção dada pelos altos responsáveis às atividades específicas de promoção da igualdade na fase de implementação dos programas e projetos; a insuficiente aplicação das linhas de orientação para integrar as relações sociais de sexo ao nível operacional, uma interpretação restritiva do alcance da estratégia do mainstreaming na fase de planejamento dos projetos; falta de sensibilização e de compreensão do papel das mulheres em vários setores*”.

Outro desafio é encontrar apoio em diversas esferas de governo para impulsionar o alcance das ações para além da reparação das discriminações mais gritantes, o que exige recolocar na pauta a proteção social de base universalizante, mas reconhecendo o direito dos desiguais de alcançarem a universalidade por meio de políticas afirmativas, aliadas às políticas redistributivas gerais (Fraser, N., 1993 e Phillips, A, 1997).

A incorporação da transversalidade de gênero entendida sem um coração que pulsa, ou dito de modo mais teórico, sem o sujeito da transformação das desigualdades de gênero, leva à equívocos, como a “leitura” de que se gênero diz respeito ao masculino e ao feminino, as políticas devem abordar sempre os homens e as mulheres ao mesmo tempo e essa compreensão deslegitimaria ações e políticas específicas para mulheres, como se fossem resquícios de uma compreensão deficitária da questão das relações de gênero.

O que ocorre é que a função de um Estado democrático é justamente elaborar políticas que reconheçam a desigualdade de poder entre homens e mulheres, portanto, é legítimo atuar pensando em uma lógica de políticas públicas que pensam sempre no impacto diferenciado para homens e mulheres, mas também reconheça legitimidade a ações específicas voltadas para o fortalecimento das mulheres que, enquanto coletivo social, estão em condições subordinadas na sociedade.

Levar em conta os dois pólos da relação de gênero comparativamente não deslegitima, pelo contrário, reafirma a necessidade de políticas favoráveis às mulheres, já que os homens encontram-se desde sempre com maior poder e com acesso a recursos e, de modo sistêmico, já se beneficiam dos “dividendos patriarcais” (Connell, R., 1995) de sua condição social.

Na direção da institucionalização de organismos de governo, como é o caso das Coordenadorias da Mulher ou das Secretarias de Políticas Públicas para Mulheres capazes de articular as políticas visando diminuir as desigualdades de gênero, é importante consolidar instrumentos de elaboração de políticas públicas e mecanismos que possibilitem tornar permanentes ações que construam um Estado democrático também do ponto de vista do gênero.

Porém, nada disso será conquistado se não retomarmos nos nossos objetivos os princípios feministas como parâmetros para a formulação de políticas de igualdade. Segundo Godinho, é com esta compreensão que a Coordenadoria da Mulher de São Paulo estabeleceu, como diretrizes básicas de sua atuação e desafios centrais das políticas públicas municipais, buscar implementar propostas que reatualizem os princípios feministas e que, prioritariamente: 1. *“possibilitem a ampliação das condições de autonomia pessoal e auto-sustentação das mulheres de forma a favorecer o rompimento com os círculos de dependência e subordinação; 2. Incidam sobre a divisão sexual do trabalho, não apenas do ponto de vista de padrões e valores, mas principalmente ampliando os equipamentos sociais, em particular aqueles que interferem no trabalho doméstico, como aqueles relacionados à educação infantil. Ao ser implementadas, tais políticas possibilitam, de um lado, reduzir a desigualdade através da ampliação do acesso a serviços e, por outro, ampliar a responsabilização pública pelo bem-estar dos indivíduos, o que em geral significa trabalho das mulheres; 3. Fortaleçam as condições para o exercício dos direitos reprodutivos e sexuais, possibilitando autonomia e bem-estar também nesse campo; 4. E, finalmente é preciso, ao mesmo tempo, responder às demandas que pressionam o cotidiano das mulheres inseridas num contexto de dominação, em particular, frente à violência doméstica e sexual.*

Além disso, é preciso levar em consideração o Estado em sua dimensão educativa. Sua atuação incide sobre valores, comportamentos, relações, o que implica que as ações do governo não podem ser vistas como atos isolados, mas, pelo contrário, devem estar coerentes com um projeto geral de mudanças, onde a perspectiva de superação das desigualdades de gênero seja um dos componentes indispensáveis”. (texto de apoio à reunião da Comissão Intersecretarial da Mulher, Junho 2003).

A ampliação da política de creches é particularmente importante para as mulheres, já que para além de um direito da criança ao bem-estar e a uma educação de qualidade, garante às mulheres melhores possibilidades de buscar trabalho remunerado.

Um último aspecto relevante do ponto de vista da efetividade de políticas públicas que não sejam “cegas para o gênero” refere-se ao fortalecimento da participação das mulheres em espaços de definição de políticas e disputa por recursos e aos mecanismos de controle social dessas políticas e à possibilidade de acesso aos espaços de decisão das políticas prioritárias.

Nesse sentido, é importante que os organismos de políticas para mulheres busquem aumentar a visibilidade da participação social das mulheres, fortalecendo suas possibilidades de ampliar a entrada nos espaços de participação e representação, decisão e controle social das políticas públicas.

Tais ações implicam respeitar a autonomia de diferentes sujeitos sociais para construir uma agenda política independente da lógica governamental, para que, a partir da conquista de espaço social para suas demandas no plano da sociedade, possam elas ser legitimamente traduzidas em pauta política dos governos com base em políticas públicas amplamente democráticas, com a efetiva incorporação da dimensão de gênero e ampliação da cidadania das mulheres.

Para concluir, o caráter sistêmico das desigualdades de gênero exige uma intervenção do Estado para superá-las que, porém, não se incumbirá dessa tarefa sem um sujeito de transformação que o impulsione na direção da igualdade, através de um feminismo em ação, que alimente as práticas de cidadania das mulheres e aprofunde a democratização do Estado.

BIBLIOGRAFIA

- BORBA, A.; FARIA, N. e GODINHO, T. (orgs) *Mulher e Política: Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1998.
- CONNELL, R. “Políticas da Masculinidade”. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, V.2, n.20, Jul./Dez.de 1995.
- FERREIRA, V. “La mondialization des politiques d’égalité: du réformisme social au réformisme d’État”. *Cahiers du genre*, n. 36, 2002, CNRS, França.
- FRASER, N. “A luta pelas necessidades: Esboço de uma teoria crítica socialista-feminista da cultura política do capitalismo tardio”. *Debate Feminista*. Cidadania e Feminismo. Edição Especial em Português. São Paulo/México: 2000.
- GODINHO, T. “A ação feminista diante do Estado: as mulheres e a elaboração de políticas públicas”. In FARIA, N.; SILVEIRA, M.L. e NOBRE, M. (orgs) *Gênero nas Políticas Públicas*. Cadernos Sempre Viva. São Paulo: SOF, 2000.
- GUZMÁN, V. “A equidade de gênero como tema de debate e de políticas públicas”. In FARIA, N.; SILVEIRA, M.L. e NOBRE, M. (orgs) *Gênero nas Políticas Públicas*. Cadernos Sempre Viva.
- SOUZA SANTOS, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994.



Vera Soares discute com as jovens trabalho e autonomia das mulheres como uma das bandeiras fundamentais do feminismo

AS MULHERES EM PERSPECTIVA NO PT

Rosângela Rigo*

Minha tarefa e o convite que me foi feito apontam para o resgate do passado, os desafios do presente e a construção futura. Daí o tema: as mulheres em perspectiva no PT.

Quero primeiro agradecer a oportunidade deste debate com as jovens feministas, a FES e a FPA, pois tenho certeza que falar de perspectivas é falar, acima de tudo, de nossos sonhos, nossos ideais e da possibilidade que temos constantemente de construir nossa história de forma coletiva, compartilhada, a partir de reflexões que sempre nos proporcionarão aprendizado e aprofundamento de nossas convicções.

Vou me permitir então fazer um breve resgate da história da organização das mulheres no PT para que possamos debater e enfrentarmos os desafios de hoje que acredito passam pela ampliação de nossa organização e pelo fortalecimento do feminismo no PT.

Não podemos deixar de marcar que as mulheres se fazem presentes na história do PT desde a sua fundação e, em especial, as mulheres feministas. Estas enfrentam junto ao movimento um debate importante e necessário a partir de nossa compreensão da luta de classes.

Na década de 80, o movimento feminista marcou a história do Brasil e representou um avanço importante nas lutas sociais. Entretanto, para um setor deste movimento a construção partidária e a fundação de um partido da classe operária, um partido socialista, não faziam parte de seu horizonte. Para este setor, o movimento respondia pela organização da sociedade e pelas transformações necessárias.

Mas as feministas socialistas enfrentaram o debate, acreditavam e ainda acreditam no movimento social, na organização do movimento feminista, e compreendiam ao mesmo tempo o significado histórico e estratégico da criação de um partido como o PT e o papel desta organização na sociedade. Por isso era fundamental contar com a presença de mulheres feministas na direção. Mesmo sendo rotuladas e criticadas por parte do movimento, construíram ativamente o Partido dos Trabalhadores e desde então contribuem para que possamos entender que a luta de classes passa, necessariamente, pela articulação com a luta da construção da igualdade entre homens e mulheres e pela igualdade racial.

As feministas então trazem para o debate interno do PT elementos importantes como:

- a identidade feminista com as lutas sociais (portanto uma estreita relação das feministas com os movimentos sociais);
- a necessidade de construir um espaço de debate e de organização das mulheres filiadas no PT e com isso a secretaria nacional, as secretarias estaduais e municipais de mulheres se constituem como este espaço;
- a importância de o partido incorporar no seu programa político e nas disputas junto à sociedade a concepção feminista;
- a necessidade de ampliar e potencializar a presença das mulheres petistas nos movimentos de mulheres e movimentos sociais;

*Secretária Estadual de Mulheres do PT, Integrante do Coletivo Nacional de Mulheres do PT, Militante Feminista e ex- Coordenadora da Coordenadoria da Mulher da Cidade de Campinas, gestão 2001/2004 – Toninho /Izalene Tiene.

- a construção da política do PT para as mulheres com forte destaque para as ações afirmativas;

As mulheres trazem para o PT a elaboração e concepção feminista, que agregam conteúdo ao nosso projeto socialista. Ou seja, para as feministas, a construção de uma sociedade socialista passa necessariamente pelo entendimento de que essa sociedade não pode conviver com as discriminações, não pode aceitar o machismo e nem o racismo.

Desta compreensão e concepção, as mulheres do PT nos seus encontros específicos tiram como uma das primeiras palavras de ordem: “ Não há socialismo sem feminismo”.

No I Congresso do PT (1991) foi possível aprovar, de forma pioneira no Brasil, as ações afirmativas expressas pela obrigatoriedade de no mínimo 30% de mulheres nas direções do partido (em todos os níveis). Naquele momento, as mulheres representavam 8.7% de presença nas direções partidárias e com esta medida passamos para mais de 30%, chegando hoje a um percentual de 32%.

Este não foi e ainda não é um debate fácil. Vários são os argumentos que tentam desqualificar esta conquista, que tentam minimizar a importância de reconhecermos as desigualdades e construirmos mecanismos que possam combatê-las. De nada adianta defender a igualdade se não construímos as condições para ela. Daí as cotas representarem esta conquista. Não podemos aceitar os argumentos de que é difícil para as mulheres aceitar estar nas direções, de que só estamos nas direções em função da cotas ou que não estamos nas direções por liderança e por competência política. Esta é uma das formas mais desqualificadas de estabelecer o debate. É a forma de manter a opressão e a discriminação, pois para nós mulheres é inquestionável o avanço das cotas. Para nós mulheres é quando reconhecemos as desigualdades e agimos sobre elas que apontamos as condições para a construção de uma sociedade justa, verdadeiramente democrática e igualitária.

Não podemos deixar que o debate seja retomado pelo viés da desqualificação. Ele deve ser retomado do ponto de vista da equidade e da ampliação destes espaços. Nosso desafio é rompermos com a barreira dos 30% como limite, pois ela sempre foi pensada como mínimo. Queremos chegar nos 50%, não queremos nem mais, nem menos, queremos igualdade!

É nesta mesma perspectiva que fazemos o debate com as cotas mínimas para as eleições ao parlamento: queremos mais mulheres como prefeitas, vice-prefeitas, vereadoras, deputadas, senadoras...e queremos, acima de tudo, mulheres que tenham a perspectiva feminista de transformação da sociedade. Queremos mulheres e homens que ajudem a construção da luta pela libertação das mulheres e pela construção da igualdade.

Foi neste período também que conseguimos enfrentar um tema considerado de âmbito do privado, e que, infelizmente também se faz presente nas relações entre homens e mulheres, dirigentes e militantes de nosso partido. Com uma forte organização das mulheres e um reconhecimento político do papel das secretarias de mulheres seja nos municípios, nos estado e no Diretório Nacional, temas como assédio sexual, violência contra a mulher e outras discriminações não foram jogados para baixo do tapete elas foram enfrentadas. Conseguimos comissão de ética para parlamentares e/ou dirigentes que tinham esta prática e mostramos de forma veemente que o PT é contrário a elas e que devemos exercitar no nosso cotidiano, nas relações partidárias, o respeito e a igualdade. É bem verdade que vivíamos um momento de ascensão de nossas lutas, da força dos movimentos populares na sociedade e da presença marcante do feminismo na sociedade, o que nos dava também uma capacidade interna muito maior de organização, mobilização, resistência e repúdio a atitudes como estas.

Outro tema que tínhamos mais capacidade de definição diz respeito a questão do aborto. Apesar das diferentes opiniões conseguimos realizar campanhas internas, definir

e fazer atuação partidária junto aos parlamentares na Constituinte e tínhamos também, mais unidade entre as militantes partidárias que também atuavam junto ao movimento de mulheres.

Foi com a presença organizada das mulheres no PT que construímos uma plataforma política para nossos governos. Construímos o modo petista de governar também para as mulheres. Esse é um diferencial e uma conquista importante do PT, das mulheres feministas e de todas e todos que como gestores e gestoras públicas implementa políticas públicas para as mulheres.

Nesse sentido é importante destacar que quando elaboramos e apresentamos nossas propostas de políticas públicas o fazemos com o entendimento que o Estado cumpre importante papel para a construção da igualdade. Que não é neutro e, portanto, suas políticas devem levar em conta as demandas das mulheres.

Foi na gestão do PT, na cidade de São Paulo que, em 89, implantamos pela 1ª vez a coordenadoria da mulher/secretaria de políticas para as mulheres. Essa conquista representa um marco na história do PT e na história das Políticas Públicas do Brasil.

Foi esta história e as experiências de muitos municípios e estados que permitiram ao Governo LULA criar, como uma iniciativa política importante desde o seu primeiro mandato, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Se hoje falamos em Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, se temos o Pacto Nacional de Enfrentamento à violência contra a Mulher e o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher é porque muitas companheiras, muitas guerreiras contribuíram para que nossas bandeiras se transformassem em políticas públicas. É a participação política das mulheres, a democratização do Estado e o resultado de duas Conferências Nacionais que nos permitem hoje dar um salto de qualidade nestas lutas.

Vou aqui de forma breve apresentar as características deste organismo de governo, pois é importante que cada vez mais as mulheres se apropriem dessa proposta e possam defendê-la, nos diferentes espaços que atuam.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres tem como responsabilidade articular, elaborar, acompanhar e implementar ações e políticas para as mulheres. É um organismo que tem espaço, status e poder de secretaria incluindo orçamento próprio para suas ações e políticas.

Eixos de atuação:

- Promover a autonomia econômica das mulheres com geração de trabalho e renda;
- Assegurar os direitos sexuais e os direitos reprodutivos e a autonomia sobre seu corpo e sua sexualidade;
- Combater e erradicar todas as formas de violência contra a mulher ;
- Promover uma educação inclusiva e não discriminatória, portanto, uma educação não machista, não racista, não sexista, não lesbofóbica;
- Promover e ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder e de controle social do Estado

Este acúmulo construído a muitas mãos nos fortalece e nos assegura condições para que nos Programas de Governo este conteúdo esteja sempre presente. É assim que mostramos a nossa cara, os nossos sonhos e desejos para a construção da sociedade igualitária.

Daí a importância de nossa presença nos GTE's – Grupos de Trabalhos Eleitorais – na coordenação das campanhas e dos Programas de Governo. São espaços de decisão, de debate político, de prioridades políticas, recursos direcionados para a disputa eleitoral que temos que cada vez mais influir e participar. Isso ganha mais força política quando nossa atuação na direção partidária é permanente e também fazemos valer os nossos 30% de presença política feminista.

Este ano de 2008 é um ano estratégico para nós. Já realizamos o III Congresso do PT, vamos realizar os Encontros Nacionais de Mulheres e de Juventude e podemos retomar nossa organização à atuação interna e externa em outro patamar. Soma-se aos espaços de debate internos mais um ano eleitoral, em que temos a oportunidade de debater nossas propostas em todas as cidades deste país.

Vou fazer um “parênteses”, mas que acredito ser necessário. Não podemos nos esquecer do que vivemos recentemente, a crise política, o afastamento do PT dos movimentos sociais, das lutas populares, com a disputa institucional ganhando a nossa agenda e muitas vezes sem considerar a verdadeira disputa que estava em jogo. Não conseguimos levar para a maioria destes espaços o acúmulo da organização e democracia partidária.

A falta de formação política e feminista contribuiu de forma negativa neste momento, isso sem falar das filiações em massa, da entrada de figuras públicas sem compromisso com nossos ideais nem com nossas plataformas políticas. Estas figuras traziam, no entanto, a “densidade eleitoral”... Enfim estes e muitos outros são aspectos que podemos aprofundar para uma avaliação de mais fôlego. Do ponto de vista das mulheres este reflexo foi ainda maior. Não tenho como não apontar para nosso debate e avaliação que as duas últimas gestões da SNMPT (Secretaria Nacional de Mulheres do PT) houve interdição da política: o debate e o enfrentamento não foram realizados.

Perdemos espaço e legitimidade política. É claro que resistimos e continuamos na luta. Por isso no III Congresso ganhamos novo fôlego político quando conquistamos a aprovação de resoluções importantes para nossas lutas.

Cabe aqui destacar que tivemos uma atuação importante nos três eixos debatidos no Congresso aprovamos por consenso a nossa resolução sobre construção partidária e sobre a concepção feminista do socialismo que estamos construindo. Assim como aprovamos junto com as outras secretarias e setoriais do PT a resolução que retoma o papel e o diálogo político destas instâncias do partido com as Prefeituras que estamos governando, com os e as parlamentares nos diferentes níveis e com a própria direção partidária.

Quem foi para o debate político, quem ousou apresentar a resolução foram feministas dos diferentes estados que estavam como delegadas ao III Congresso, que viram neste momento um espaço importante para a retomada do feminismo e de nossas bandeiras no PT. Sabíamos dos riscos que corríamos, mas tínhamos uma certeza ainda maior. Não podíamos deixar de debater no III Congresso temas tão importantes para a luta das mulheres e para assegurar posicionamentos unitários de nossos/as representantes nos mais diferentes espaços. Essas conquistas certamente marcarão nossa história.

Um dos grandes momentos do Congresso foi a votação que tratou do posicionamento partidário referente ao aborto. Se antes já tínhamos posição, agora referendamos o Congresso e podemos tomar atitudes e pedir que todos os e as filiadas cumpram com esta decisão.

A posição sobre o aborto está no conjunto das ações e medidas de políticas públicas que reafirmam a posição das feministas e por isso vale reproduzi-la aqui:

“ O PT, reafirma seu compromisso com políticas e ações, hoje incorporadas pelo governo federal, que representam as principais bandeiras de lutas dos movimentos de mulheres e feministas, e que são extremamente significativas para a melhoria da qualidade de vida das mulheres:

- defesa do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, implementando, assim, um sistema nacional de políticas para as mulheres;

- defesa do Plano Nacional de Combate e Erradicação da Violência contra a Mulher e de todas as discriminações, como a orientação sexual, de raça/etnia, de idade, de religião, etc;

- defesa do Plano Nacional de Planejamento Familiar, contribuindo para a autonomia das mulheres sobre seu corpo e sua sexualidade;

- defesa da autodeterminação das mulheres, da descriminalização do aborto e regulamentação do atendimento a todos os casos no serviço público evitando assim a gravidez não desejada e a morte de centenas de mulheres, na sua maioria pobres e negras, em decorrência do aborto clandestino e da falta de responsabilidade do Estado no atendimento adequado às mulheres que assim optarem;

- defesa do direito à creche e equipamentos sociais para que o trabalho doméstico seja assumido pelo conjunto da sociedade;

- defesa da ampliação do salário mínimo;

- defesa da construção de novas relações de trabalho e geração de renda, pautados pelos princípios da igualdade de oportunidades;

- defesa de medidas para ampliação e promoção da igualdade de raça/etnia;

- defesa do controle social da mídia, em especial no que diz respeito à imagem da mulher veiculada nos diferentes veículos de comunicação” .

Nosso desafio é resgatar o feminismo com a força e energia que se mostrou na fundação e na primeira década do PT.

Por isso reafirmar a importância das ações conjuntas com as mulheres negras, as jovens, as lésbicas e mostrar nossa diversidade como um instrumento de força e de organização da luta pela igualdade. Também acredito que junto com a Escola de Formação do PT e com ações da Secretaria Nacional de Mulheres devemos intensificar a formação feminista e o fortalecimento da organização das mulheres a partir dos pressupostos de nossa história.

Temos que intensificar nossa ação junto aos movimentos de mulheres e aí fortalecer a MMM – Marcha Mundial de Mulheres é estratégico, para nossa articulação nacional e internacional. É na MMM que reafirmamos junto com o movimento feminista a defesa da soberania popular; a defesa da autonomia das mulheres sobre seu corpo e sua sexualidade; o enfrentamento de todas as formas de discriminações e violências contra a mulher, já que dizemos que somos feministas, anticapitalistas, contra o machismo, o sexismo e o neoliberalismo.

Nosso desafio maior, volto a dizer, é reafirmar como proposta de construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária nossa máxima: “Não há socialismo sem feminismo!”

O PODER PARA A MULHER INTERESSA A TODO MUNDO

Ivete Garcia*

*Socióloga e mestra em Administração, é vice-prefeita de Santo André (SP). Foi a primeira mulher a ocupar os cargos de presidenta da Câmara Municipal e de prefeita interina. Foi diretora do Sindicato dos Químicos e da CUT (Central Única dos Trabalhadores) no ABC e coordenadora da primeira Assessoria dos Direitos da Mulher na Prefeitura de Santo André, na gestão do prefeito Celso Daniel (1989/1992).

*Quando uma mulher entra na política, muda a mulher...
mas quando muitas mulheres entram na política, muda a política.*

Michelle Bachelet
estadista chilena

Não há dúvidas de que, comparado à situação de poucas décadas atrás, o grau de representatividade das mulheres na vida política brasileira e mundial melhorou. As palavras tolerância e inclusão entraram na ordem do dia há pelo menos vinte anos e vêm-se pelo mundo esforços diários para trazer à mulher a igualdade de direitos e de oportunidades na vida social e econômica. Em muitos círculos, a figura da dona de casa, escrava do lar, nascida para ser mãe e fadada apenas a isso é vista como um anacronismo.

Esse novo status só foi possível, em primeiro lugar, porque houve mobilização. A luta pelos direitos das mulheres é antiga – no Brasil, a discussão sobre o voto feminino data pelo menos do século 19 –, mas seus melhores resultados começaram a surgir concomitantemente ao movimento negro e ao LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros).

Estou falando daquele momento que muitos pensadores crêem ser o da passagem da Modernidade para a Pós-modernidade, no qual as lutas entre grupos não são apenas as de classes, mas também as de etnia, as de sexualidade e, no nosso caso, as de gênero. Ao tomar ciência de que não existe sociedade sem *pluralismo*, o mundo foi abrindo espaço para as diferentes vozes que até então não se faziam ouvir.

Mas erra quem acredita que nós, mulheres, chegamos a um ponto de *igualdade de direitos*. Sim, depois de muitas batalhas do movimento de mulheres houve avanço na legislação brasileira, mas esta ainda necessita ser aperfeiçoada. E mesmo as leis são incólumes se não forem acompanhadas por uma mudança de comportamento da sociedade. E em todas as sociedades a mulher ainda não é valorizada como *igual* aos homens.

BRASIL, POSIÇÃO CONSTRANGEDORA

Segundo a União Interparlamentar, o país que mais tem mulheres ocupando cargos parlamentares ou dirigindo ministérios é Ruanda, na África. Mesmo assim, nem metade dos cargos tem comando feminino – o índice é 48%. A posição brasileira é, para dizer o mínimo, constrangedora. Ocupamos o 107º lugar. Das 513 vagas para deputados, 46 são ocupadas por mulheres, ou seja, apenas 9%. No Senado, são 81 vagas, sendo apenas dez ocupadas por mulheres, o equivalente a 12,3%. No Executivo federal são 35 ministérios, mas apenas quatro ministras (11,4%).

Até mesmo vários dos países muçulmano (Afeganistão, Iraque, Tunísia, Paquistão e Síria) estão melhores colocados que o Brasil. Nações em supostas mesmas condições políticas e sociais que as nossas gozam de posições muito mais igualitárias. A Argentina, onde já existem medidas como a paridade de gêneros nas listas partidárias, é o quinto país com mais mulheres no poder (40%). O Chile, da presidente Michelle Bachelet, é o 77º (15%).

A situação do Brasil ainda piora quando somamos ao índice os cargos de governadoras e prefeitas. A relação passa a ser de 7,7%. Significa que, para cada 100 cadeiras, menos de oito são ocupadas por mulheres. Difícil acreditar que políticas igualitárias advenham de uma situação assim.

CULTURA MACHISTA

Por que isso acontece? Antes de mais nada, existe uma *cultura* machista que é legada de geração para geração desde antes da criação do Brasil como Estado-nação. A nossa lei é um retrato dessa cultura. Alguns avanços vêm sendo conseguidos – por exemplo, a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, cuja titular tem o status de ministra no governo Luiz Inácio Lula da Silva. E a Lei Maria da Penha, articulada com o pacto Nacional de Combate à Violência contra a Mulher, um grande mecanismo de defesa da mulher em situação de violência doméstica.

Só que muitas demandas ainda precisam ser supridas, conforme constatamos na II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (2007). São demandas que dizem respeito, por exemplo, à mortalidade materna; à inexistência de um orçamento relativo às políticas de gênero no Plano Plurianual do governo federal; ao não cumprimento das normas de padronização de procedimentos pelas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, entre outras.

CULTURA RACISTA

É também grande o distanciamento em relação aos grupos discriminados do ponto de vista racial e étnico dos grupos dominantes. Isso apresenta uma marcante e inaceitável discriminação, assim como dificuldades de acesso a bens e serviços públicos. Com isso, as mulheres negras e indígenas são as mais pobres entre os pobres. As buscas de reversão dessa situação foram intensificadas nos últimos tempos. Após a criação da Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial, em 2003, há um incremento em ações já existentes e está em fase final de elaboração o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. O grande desafio está em trabalhar de maneira cada vez mais articulada as políticas de gênero e raça.

Todas estas necessidades seriam mais facilmente atendidas se as mulheres fossem mais bem representadas, qualitativa e quantitativamente, na vida política brasileira. Minha experiência na vida pública, como dirigente sindical e partidária, gestora pública, vereadora, presidenta da Câmara e vice-prefeita reafirma a importância de enfrentarmos todas as dificuldades e de não abrimos mão do direito de disputar e ocupar espaços de poder.

Porém, não podemos aceitar o papel de "mulher-desculpa", como diria Simone de Beauvoir, mas assumir uma atuação realmente comprometida com a luta das mulheres por igualdade de direitos e oportunidades, questionando valores e posturas machistas e propondo políticas na perspectiva da construção de igualdade de gênero. Temos o dever de trazer para o cenário político o debate e a concretização de bandeiras históricas do movimento de mulheres e do feminismo, sendo a voz e a referência de tantas outras mu-

Iheres. Para que isso aconteça, é preciso trabalho nas bases, levando-se em consideração a heterogeneidade de culturas que permeia o território brasileiro.

PODER E FEMINILIDADE

Chegar ao poder, portanto, não significa abrir mão da feminilidade. Muito pelo contrário. Significa levar um olhar feminino ao poder. Podemos fazer mudar o comportamento brasileiro em relação à política, tantas vezes machista e truculento. Ao lado dos homens podemos construir uma sociedade onde ser mãe e dona de casa não seja destino, imposição, mas escolha das mulheres. Uma sociedade digna, justa e igualitária. Interessa a nós, por uma questão de direitos, ocupar o poder. E interessa ao mundo todo que o ocupemos.



Movimentos sociais presentes no I Seminário Nacional de Mulheres Jovens do PT

MULHERES SINDICALISTAS Rosane da Silva*

*Secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, representante da CUT no Fórum Nacional do Trabalho

A década de 1970 é marcante para as mulheres sindicalistas. Foi a partir desta data que tivemos uma significativa participação das mulheres brasileiras nos sindicatos, decorrente de um contexto no qual se combinou a entrada maciça destas no mercado de trabalho, a emergência de movimentos feministas e da luta pela autonomia do movimento sindical frente ao Estado.

A influência do feminismo na participação das mulheres no movimento sindical neste momento de renovação e fortalecimento do sindicalismo brasileiro contribuiu para que sua organização no interior do sindicato e do sindicalismo apontasse, já naquele momento, a questão do machismo nesses espaços historicamente masculinos. As mulheres trabalhadoras trouxeram a necessidade de romper com uma visão da classe trabalhadora como homogênea, identificada como um ser genérico (“o trabalhador”, “o operário”), afirmando que ela é composta por dois sexos e que classe e sexo são dimensões estruturantes das relações sociais.

A crescente organização das mulheres nos sindicatos buscou questionar e romper com a idéia de que as lutas das mulheres são secundárias, logo, questões até então vistas como do âmbito privado (a maternidade, o assédio sexual, a violência contra as mulheres, saúde da mulher e o aborto) foram colocadas na agenda sindical.

A concepção do que é trabalho também foi questionada no sentido de que este não deve restringir-se à produção e circulação de mercadorias, mas também englobar as atividades relativas à produção e à reprodução da vida em todas as suas dimensões, assim, a realização de tarefas domésticas é trabalho. Aliada a este questionamento, reforçou-se a necessidade de romper com a divisão sexual do trabalho e a naturalização de atividades tidas como “masculinas” ou “femininas”.

MULHERES SINDICALISTAS E A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

A organização das mulheres no movimento sindical acentua-se e ganha espaço dentro da Central Única dos Trabalhadores (CUT), principalmente a partir da criação da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT (CNMT/CUT), no II Concut (Congresso Nacional da CUT, em 1986). A existência da CNMT deu visibilidade às mulheres e introduziu uma perspectiva feminista dentro da CUT.

A atuação organizada das mulheres na CUT provocou o debate sobre a divisão sexual do trabalho, base material da opressão das mulheres, e sobre as relações de poder. Buscou apontar os desafios para a superação das desigualdades de gênero, propondo e implementando ações, integradas às políticas gerais da CUT, com esta perspectiva.

No interior da Central, o ápice deste processo foi a aprovação das cotas de gênero, em 1993, que garantem uma presença mínima de 30% de mulheres nos espaços de direção. Em 2003, no 8º Concut, também se ressalta uma grande conquista: a criação da Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT (SNMT/CUT).

Deste período para cá, destacaram-se como ações e campanhas públicas da CUT: a reivindicação por creches públicas, pela legalização do aborto, por igualdade de oportunidades e o combate a violência contra as mulheres.

Também se buscou uma articulação dos temas gerais da política da CUT com os temas específicos das mulheres na perspectiva de promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, tanto na perspectiva de intervir nas políticas públicas quanto nas relações de trabalho, atuando a partir de cinco eixos de atuação: 1 - Combate a todas as formas de discriminação na sociedade, no mundo do trabalho e no movimento sindical; 2 - Intervenção nas políticas públicas; 3 - Organização das mulheres na CUT; 4 - Fortalecimento da interface com todas as políticas e projetos da CUT; 5 - Fortalecimento da articulação com o movimento sindical internacional na defesa dos direitos das mulheres.

Contudo, o nível atual de participação das mulheres nos sindicatos ainda não reflete a grande participação delas no mercado de trabalho atual, e no cotidiano do movimento sindical, no qual as mulheres aparecem fora dos núcleos de poder. Quando assumem papel de liderança, é principalmente em cargos relativos à sua condição (secretarias/coordenadorias de mulheres), raramente nos três mais importantes: presidência, secretaria-geral e tesouraria.

MULHERES SINDICALISTAS NO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Internamente ao Partido dos Trabalhadores, segundo informações de seu sítio na internet, 2.550 militantes fizeram a opção de atuação prioritária no setorial sindical em 2008. Os homens são 1.941, ou seja, representam 74% do total de militantes petistas neste setorial, enquanto que as mulheres são 609, somente 24% do total. Ainda que a escolha setorial não reflita exatamente o total de militantes deste segmento, pois muitas mulheres petistas podem não ter feito uma opção setorial, bem como podem também estar organizadas em outros setoriais, o mesmo pode ocorrer com os homens. Assim, podemos afirmar que mesmo entre os petistas o movimento sindical é majoritariamente um espaço dos homens.

BARREIRAS PARA A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL

As barreiras para a participação das mulheres no movimento sindical são várias. As fundamentais estão relacionadas com o questionamento da divisão sexual do trabalho.

O trabalho doméstico é tido como responsabilidade das mulheres. Entre as mulheres que trabalham fora de casa, de acordo com o Dieese, 91% também realizam tarefas domésticas. Dessa maneira, entre as sindicalistas há uma tripla sobrecarga de responsabilidades: com a família, o trabalho e com o sindicato.

Aliada a esta questão, reflexo da divisão do trabalho entre os sexos, temos a construção cultural do espaço público como essencialmente masculino, enquanto que o privado é feminino. Assim, ao ingressar no espaço público dos sindicatos, são esperados, provocados e construídos diferentes comportamentos para homens e mulheres. A formação sindical é cobrada de forma diferenciada para homens e mulheres. Aos primeiros, basta ser

homem para tornar-se apto a ocupar um cargo de direção, já para as mulheres a cobrança sobre uma maior formação é constante, densa, e a todo momento questionada.

O ambiente sindical é ainda essencialmente masculino: o uso de linguagem sexista e o comportamento machista fazem parte da realidade interna dos sindicatos, bem como o descaso e desinteresse de grande parte dos sindicatos pelas questões relacionadas com a vida das mulheres trabalhadoras.

DESAFIOS PARA AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL

Um dos primeiros desafios colocados para ampliar a participação das mulheres no movimento sindical é de uma campanha de sindicalização permanente para mulheres, a aplicação da política de cotas mínimas de gênero de 30% em todos os espaços sindicais, e a garantia de creches em todos os eventos sindicais. Mas não basta a presença das mulheres, estas precisam estar organizadas. Assim, se faz necessária a criação de comissões e secretarias de mulheres dentro dos sindicatos com esta finalidade.

É necessária ainda a garantia da transversalidade de gênero em todas as políticas dos sindicatos, com a inclusão de cláusulas de gênero nos acordos e negociações coletivas, bem como a garantia de que nas políticas gerais dos sindicatos existam pautas que possam estar diretamente relacionadas com a vida das mulheres trabalhadoras, como por exemplo: a legalização do aborto, o combate à violência sexista, a luta por creches nos locais de trabalho, salário igual para trabalho igual e a redução da jornada de trabalho.



Atrizes em debate sobre a peça "Mulher a vida inteira" com as participantes do seminário.

MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO

Kika Bessen*

*Iniciada nas religiões de matriz africana na nação Geje, filiada ao PT e militante do movimento de mulheres negras.

Gostaria de iniciar a minha exposição sobre as formas de organização das mulheres negras, a partir da leitura de uma carta de Karl Marx, intitulada “O lado bom da escravidão”. Provavelmente a maioria de vocês jovens, que frequenta universidades e faculdades, já deve ter conhecimento deste texto cuja leitura nos ajudaria a refletir coletivamente sobre a luta específica das mulheres negras nos vários movimentos sociais e na instância partidária onde estamos inseridas.

“Permita-me dar a você um exemplo da dialética do Sr. Proudon.

A liberdade e a escravidão constituem um antagonismo. Não há nenhuma necessidade para mim, falar dos aspectos bons ou maus da liberdade. Quanto à escravidão, não há nenhuma necessidade para mim, falar de seus aspectos maus. A única coisa que requer explanação é o lado bom da escravidão. Eu não me refiro à escravidão indireta, a escravidão do proletariado; eu refiro-me à escravidão direta, à escravidão dos pretos no Suriname, no Brasil, nas regiões do sul da América do Norte.

A escravidão direta é tanto quanto o pivô em cima do qual nosso industrialismo dos dias de hoje faz girar a maquinaria, o crédito, etc. Sem escravidão não haveria nenhum algodão, sem algodão não haveria nenhuma indústria moderna. É a escravidão que tem dado valor às colônias, foram as colônias que criaram o comércio mundial, e o comércio mundial é a condição necessária para a indústria de máquina em grande escala. Conseqüentemente, antes do comércio de escravos, as colônias emitiram muito poucos produtos ao mundo velho, e não mudaram visivelmente a cara do mundo. A escravidão é conseqüentemente uma categoria econômica de suprema importância. Sem escravidão, a América do Norte, a nação a mais progressista, ter-se-ia transformado em um país patriarcal. Apenas apague a América do Norte do mapa e você conseguirá anarquia, a deterioração completa do comércio e da civilização moderna. Mas abolir com a escravidão seria varrer a América para fora do mapa. Sendo uma categoria econômica, a escravidão existiu em todas as nações desde o começo do mundo. Tudo que as nações modernas conseguiram foi disfarçar a escravidão em casa e importá-la abertamente no Novo Mundo. Após estas reflexões sobre escravidão, que o bom Sr. Proudhon fará? Procurará a síntese da liberdade e da escravidão, o verdadeiro caminho dourado, em outras palavras o equilíbrio entre a escravidão e a liberdade.”

Carta de Karl Marx a Pavel Vasilyevich Annenkov, Paris.

A teoria racista justificou a dominação feudal e se transformou na ideologia de dominação dos países capitalistas centrais sobre os países da África, Ásia e América Latina, portanto o sistema capitalista se desenvolveu, expandiu e foi sustentado pela escravidão negra, tornando-se a ideologia das elites proprietárias sobre a população trabalhadora.

No Brasil, as teorias racistas tiveram uma forte influência na intelectualidade brasileira até 1930. Levando em consideração este dado, podemos afirmar que o racismo é estrutural na sociedade brasileira, portanto ele expressa o preconceito contra tudo o que vem da cultura negra- africana, cujos efeitos nefastos ainda hoje são observados criando um grande obstáculo para a promoção da igualdade da população afro-descendente no país.

O racismo ou “racismo moderno”, como conhecemos hoje, se desenvolveu ao lado da expansão mundial do sistema capitalista, por outro lado a “questão racial” foi introduzida na pauta do movimento socialista pela esquerda revolucionária, em resposta ao aumento do segregacionismo e do terrorismo racista nos Estados Unidos e principalmente pela consciência dos trabalhadores negros que lutavam para ocupar um lugar na sociedade de classes, logo após a abolição da escravidão, em busca de seus plenos direitos como cidadãos.

O movimento negro se organizou em sua base na luta contra o capitalismo e o imperialismo, muito embora no Brasil existisse um atraso por parte da esquerda em compreender a importância da luta anti-racista, levando o movimento negro a uma hegemonia pelas forças de direita em vários momentos da nossa história. Mas a busca por uma ação política em defesa da democracia, da soberania nacional e pelos direitos sociais, favoreceu uma situação para a luta do movimento negro contra o racismo

E para entender como as mulheres negras se organizam é preciso resgatar, ou melhor, fazer um breve relato histórico da resistência e luta do movimento social negro, sem o qual não almejaremos o objetivo desta fala.

A resistência começa em África quando nossos ancestrais eram forçados a darem voltas em torno de uma árvore, chamada “árvore do esquecimento”, afim de não lembrarmos nossa história e vida em solo africano, o que de nada adiantou já que conseguimos preservar nossas raízes culturais e religiosas até o dia de hoje. Nos porões dos navios negreiros, nas senzalas, resistimos ao colonizador, nos organizamos em mocambos e quilombos, promovemos revoltas: dos Malês com Luíza Mahin, da Chibata com João Cândido, Palmares com Zumbi, Dandara e Aqualtune.

Nas Irmandades religiosas nos organizamos para comprar a nossa liberdade, nos organizamos e lutamos para o fim da escravidão no país, com direito a terra e acesso aos bens que todos têm direito; fundamos os primeiros Terreiros voltados para os voduns, inkises e orisás das grandes e principais nações africanas em solo brasileiro, verdadeiros núcleos de resistência e luta contra as opressões, mantenedores de nossa cultura ancestral.

A Frente Negra Brasileira, o Movimento Negro Unificado, a Coordenação Nacional de Entidades Negras, o Enjune / Fórum Nacional de Juventudes Negras são exemplos da organização política do movimento social negro, desde o século passado até o período atual.

Neste sentido a mulher negra tem é história para contar e através de gerações deixou um legado de sua participação política nestes espaços, deixando a marca de sua contribuição forjada na superação das adversidades e da opressão dos colonizadores, dos Sinhozinhos e Sinhazinhas, do machismo e do sexismo.

A violência para nós mulheres negras é uma constante em nosso cotidiano: do seqüestro ao estupro nas senzalas, sem direito ao nosso corpo, da mulata ferosa e para exportação, da exclusão com o “quesito boa aparência” - que nos impede de ter ascensão a postos melhores no mercado de trabalho, a perpetuação do trabalho escravo travestido de “trabalho doméstico” ou de “secretárias do lar”, a falta de acesso às políticas públicas como moradia digna, a saúde de qualidade, a educação, acesso a terra.

Constituímos espaços próprios de discussão e organização política tais como fóruns, coletivos, Ongs e associações de bairros, articulações popular e sindical de mulheres negras para dar conta de nossa tarefa política. Entendemos e fazemos parte da luta do movimento feminista e de mulheres. No Partido dos Trabalhadores, temos contribuído com

a reflexão e debate sobre o projeto que queremos para o país através dos setoriais das mulheres e de combate ao racismo.

Bem, a partir desse quadro que pintei para vocês, já podem ter uma idéia do porque as mulheres negras vêm discutindo entre is e com as organizações feministas a necessidade de políticas públicas específicas e de políticas universais para nos contemplarem.

Estamos em marcha com a Marcha Mundial de Mulheres, para a superação das desigualdades sociais e de gênero estamos organizadas e contamos com todas vocês jovens que aqui estão reunidas para serem nossas parceiras nesta caminhada por um mundo melhor sem racismo e sexismo e por acreditarmos que outro mundo é possível.

Quero agradecer o convite e a oportunidade de poder falar a todas vocês um pouquinho da trajetória do movimento das mulheres negras do qual eu faço parte e especialmente as meninas que estão na organização desta atividade pela recomendação e lembrança de meu nome.

Mukam, Asé!

Kika Silva



Luta feminista e anti-racista somam-se e "fazem a cabeça" entre as jovens militantes do PT.

MULHERES JOVENS RURAIS A SITUAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR Severine Macedo*

*Coordenadora de Juventude da Fetraf-Brasil/CUT e Secretária Nacional de Juventude do PT

O rural brasileiro tem passado por várias transformações ao longo da história e tem sofrido as conseqüências do modelo capitalista, com a expulsão de milhões de agricultores familiares do campo para as cidades. O período no qual o êxodo foi mais acentuado se deu entre 1960 e 1980, no ápice da revolução verde e da “modernização conservadora” do campo, quando 27 milhões de pessoas deixaram o meio rural. O modelo agrícola impulsionado pela revolução verde a partir da década de 1960 caracteriza-se pela monocultura, pelo enfoque na exportação, pela concentração fundiária, pela exploração dos recursos naturais de forma predatória e pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e insumos agroquímicos. Este ainda, infelizmente, tem sido o modelo dominante e priorizado no país.

A agricultura familiar e a reforma agrária, apesar do esforço e dos grandes investimentos do governo Lula, têm ficado em segundo plano quando se trata do debate sobre qual desenvolvimento se quer para o país. O mundo mudou e o Brasil também, tem-se a consciência disso. Sabe-se que se vive outro momento histórico, mas avaliamos que temos ainda dois modelos em disputa no campo: o agronegócio, de um lado, e a agricultura familiar e camponesa, de outro. São modelos agrícolas historicamente antagônicos e que conflitam entre si. Ao contrário da agricultura patronal, voltada em muito para produtos de exportação, a agricultura familiar é responsável pela segurança alimentar do país, produzindo em torno de 70% dos alimentos consumidos no Brasil. É responsável por 40% do PIB agropecuário e pela geração de trabalho no campo, a cada dez empregos sete são gerados na agricultura familiar, apesar dela deter apenas 44% da terra.

A agricultura familiar apresenta algumas características especiais que a coloca como componente importante no debate sobre a sustentabilidade do desenvolvimento do Brasil. Trata-se de um padrão agrícola que tem como característica a diversificação da produção, tanto no âmbito interno das unidades produtivas como no âmbito regional, quando se olha uma paisagem de um município. Diferente de paisagens monótonas e simplificadas, onde existe somente um cultivo ou criação baseados na monocultura, nas regiões onde predomina a agricultura familiar geralmente observa-se a expressão da diversidade ambiental, econômica e social. Neste aspecto da diversidade, a agricultura familiar também se destaca pela diversidade cultural, o que constitui um verdadeiro patrimônio do país. Essa importância está muito além da produção, também o é por uma teia de relações sociais que se estabelecem, formando comunidades e dinamizando territórios, por iniciativas de desenvolvimento econômico endógeno e descentralizado. Todos esses aspectos fazem da agricultura familiar exemplo de outra concepção de desenvolvimento. No contexto atual do debate mundial sobre crise alimentar, escassez de alimentos associada aos problemas ambientais decorrentes do aquecimento global, a agricultura familiar, com seus sistemas mais diversificados, de ambiente produtivo, intercalado com ambiente natural, fazendo

uso de manejos dos recursos naturais de forma racional, valendo-se de práticas como a reciclagem, conceitos como complementaridade e otimização de espaços e recursos, poderá contribuir para sinalizar com um conceito de agricultura do futuro, que alie produção, geração de trabalho e renda, com preservação do meio ambiente e das culturas locais. A agricultura familiar se apresenta com condições mais favoráveis à conversão para a denominada agricultura ecológica por ser estruturada em espaços agrários menores, tendendo à diversidade e já ter incorporado ao longo do tempo práticas que hoje são reconhecidas sustentáveis.

Depois de anos marginalizada, sem reconhecimento oficial e sem políticas públicas específicas ou inadequadas e sem volume de recursos significativos, a agricultura familiar dá um salto durante o governo do presidente Lula. Diversas iniciativas com formulação de políticas voltadas a esse segmento vêm sendo constantemente aperfeiçoadas em debates com a sociedade. Um exemplo disso é o crédito do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), que passou de R\$ 2,5 bilhões em 2002 para R\$ 13 bilhões anunciados para o Plano Safra 2008, além do Programa Mais Alimento, que pretende investir R\$ 25 bilhões em três anos na modernização de máquinas, equipamentos e infra-estrutura das propriedades familiares. Mas muito ainda está para ser feito em termos de políticas públicas, na área da educação, da saúde, da habitação, da juventude, do acesso à terra, do lazer, da cultura, da geração de renda e de trabalho no ambiente da agricultura familiar.

AGRICULTURA FAMILIAR E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Na perspectiva de se conceber a agricultura familiar como estratégia para o país e se pensar políticas públicas a ela direcionadas deve-se necessariamente ir além da produção agrícola. Pois o ambiente da agricultura familiar é também de moradia, de relações sociais, econômicas, comunitárias. Além das políticas é preciso repensar as construções sociais em torno dos papéis desempenhados na agricultura familiar, onde cotidianamente se estabelece uma série de conflitos, pois foi se construindo uma lógica do homem ser o responsável pelas decisões, secundarizando o papel das mulheres e da juventude no seu interior.

Deve-se perseguir a superação do patriarcalismo, do machismo e enfrentar os conflitos de geração e de gênero, colocando as relações humanas e societárias em outro patamar. Pensar na qualidade de vida dos jovens no campo é propor políticas públicas de uma educação que dialogue com a realidade e as características do rural, que seja adequada metodologicamente à juventude da agricultura familiar. Também é pensar no acesso à terra, de forma simplificada, subsidiada, e de preferência que não seja distante de sua região familiar. Mas também perpassa pelo viés subjetivo, de superação das desigualdades e da construção de novos padrões culturais.

Construir as condições de permanência no campo significa construir condições de opção entre ficar e sair: se a pessoa jovem quer ir para a cidade, que seja por vontade, por identificar-se com a vida na cidade, não por não ter condições de permanecer no meio rural e por falta de espaço para pensar sua autonomia no seio familiar. Assim, as políticas públicas, a renda e a cultura assumem papéis de grande relevância na definição do futuro da agricultura familiar, na renovação e na sucessão das gerações na condução das unidades produtivas e, por assim dizer, da realidade de centenas de municípios e da produção de alimentos do país.

Dando um destaque ao problema cultural, das tradições das relações sociais colocadas no campo, faz-se necessário rever o papel das mulheres, pois elas desempenham as mesmas tarefas que os homens na produção agrícola, são as responsáveis pela produção de subsis-

tência como a horta e o pomar, são as responsáveis pela educação dos filhos e pelas tarefas domésticas. No entanto são vistas como “ajudantes” e as atividades que geram renda são dominadas pelos homens e são mais valorizadas.

Com as mulheres jovens este ciclo se repete. Elas não têm um papel central na propriedade, ficando a terra e as responsabilidades da produção com os filhos homens e as meninas são estimuladas a outros trabalhos e aos estudos, quando é possível.

A educação infelizmente ainda é muito descolada da realidade local e estimula padrões urbanos de desenvolvimento, contribuindo ainda mais para o êxodo rural das jovens mulheres, pois não ajuda a repensar o espaço rural. Não significa dizer com isso que mudando a educação passa-se a resolver todos os problemas, mas sem dúvida ela tem um papel central na tomada de decisões das jovens mulheres. Esta posição desvalorizada das mulheres acaba por fazer com que as jovens não queiram para suas vidas o modelo seguido por suas mães.

Estes fatores aliados têm impulsionado um dado crescente no Sul do Brasil: a masculinização e o envelhecimento do campo, realidade que se diferencia no Nordeste do país, por exemplo, onde as mulheres tendem a ficar e assumir as propriedades rurais na ausência masculina, quando estes migram a procura de trabalho em outros locais. Estes fatores colocam em xeque a continuidade da agricultura familiar. A pergunta que precisamos fazer é: quem assumirá as unidades de produção familiares nas próximas décadas?

Uma série de iniciativas de organização vem contribuindo para mudar esta realidade. A organização sindical tem sido um espaço de ampliação da participação das mulheres jovens, por exemplo. Sem dúvida nenhuma, os coletivos de jovens são os espaços que hoje mais fomentam o início da participação das jovens. O seu engajamento na política partidária se amplia e hoje têm-se na base da Fetraf-Brasil/CUT várias vereadoras jovens, por exemplo. Portanto, para se pensar a ampliação da presença das jovens rurais nos espaços políticos, há de se pensar mecanismos que ampliem esta participação, aumentando as perspectivas de continuidade das meninas na agricultura familiar. Há também a necessidade de se repensar a produção agrícola, o papel das mulheres no processo produtivo e nas propriedades, e é necessário impulsionar a geração de trabalho e renda através da produção não agrícola. A educação precisa estar a serviço do desenvolvimento local potencializando a agricultura familiar.

Além disso, precisa ser repensado o próprio espaço local, dinamizando as comunidades e pensando o campo como espaço de vida e não só local de produção, por isso o estímulo às políticas de lazer, esporte e cultura são fundamentais.

É preciso fazer o enfrentamento diário a todas as formas de discriminação, de violência e combater as desigualdades. Tudo isso na maioria das vezes é velado. Faz-se necessário continuar ampliando os espaços de representação na sociedade civil e no Estado, pois existem muitas mulheres jovens rurais participando, liderando organizações e sindicatos, comunidades, partidos e assumindo espaços públicos e, no entanto, muitas vezes não têm a devida atenção, respeito e visibilidade. Esta invisibilidade das mulheres acentua-se mais quando se trata de mulheres jovens do espaço rural. No geral já existe uma invisibilidade dos jovens rurais, que é mais forte ainda no caso das meninas.

JUVENTUDE DO PT E A REALIDADE RURAL

O PT e a sua juventude precisam estar mais atentos à realidade rural, pois a juventude do campo ainda representa milhões de pessoas, e a continuidade da agricultura familiar é garantia de segurança alimentar, dinamização dos territórios, equilíbrio ambiental. Ou seja, é

um setor estratégico do Brasil e a juventude rural deve ser protagonista deste novo desenvolvimento sustentável e solidário, que só será efetivado com novas relações sociais, pois não há modelo de desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental se continuar reproduzindo desigualdades e exclusões.

Portanto, a importância e o papel das mulheres e da juventude no espaço rural estão muito além da sucessão de gerações. Mas estão relacionadas a questões estratégicas para o país quando se pensa na democracia, na justiça social, no enfrentamento de todas as formas de desigualdade e de preconceitos. Para isso, o Brasil precisa ter políticas públicas estruturantes direcionadas a esse público, que sejam de grande alcance e eficientes no acesso e na metodologia. Neste caso, o melhor caminho é construir de forma participativa, dialogando com as realidades locais e regionais.

O PT tem um papel fundamental nesse debate, pois ao longo dos seus 28 anos, sempre esteve enraizado junto aos trabalhadores do campo, conhece e está inserido na suas realidades, suas dificuldades, suas demandas e seus adversários, e pode contribuir de forma decisiva para a proposição e efetivação não só de uma política agrícola mais eficaz, mas também nas políticas públicas, na construção de novas relações sociais e no fortalecimento da participação de homens e mulheres de todas as idades.

NOTA

1. Severine Macedo foi eleita Secretária Nacional de Juventude do PT em 25 de maio de 2008, poucas semanas após a realização do I Seminário Nacional de Mulheres Jovens do PT. Em função de outras agendas igualmente importantes, ela justificou sua ausência como expositora no seminário, mas contribuiu com a publicação por meio deste texto.

MOVIMENTO ESTUDANTIL E A LUTA DAS MULHERES

Ana Cristina Pimentel*

*Diretora de Mulheres da UNE, militante do PT e da Marcha Mundial de Mulheres

A defesa do feminismo traz uma proposta de renovação que incorpora, ao debate político, questões consideradas privadas, como a sexualidade; a denúncia da violência contra a mulher existente, inclusive, na vida familiar; discriminação da mulher no mundo do trabalho; a exclusão das mulheres dos espaços de poder; o papel da mulher como única responsável pelo cuidado e reprodução da sociedade; a falta de autonomia das mulheres sobre suas vidas e seus corpos.

No final da década de 1990, transformações na conjuntura internacional abrem novas possibilidades para os movimentos sociais: crítica à política econômica internacional e às instituições multilaterais (FMI, Banco Mundial, OMC), retomada de grandes processos de mobilização com enfoque na agenda internacional, como a campanha contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A criação do Fórum Social Mundial (FSM) se dá nesse contexto, refletindo uma nova fase de mobilização e organização dos movimentos sociais.

O FSM foi um espaço importante de convergência de um conjunto de ativismos nunca antes ocorrido, incluindo grande variedade de movimentos de mulheres de todo o mundo. Os movimentos feministas transnacionais são componentes significativos do FSM, contribuindo para a transformação expressiva e irreversível dos movimentos sociais contemporâneos dentro e fora do FSM.

As estudantes universitárias, concatenadas com o caráter anti-capitalista, irreverente e ativista, o compromisso com a mobilização, ações de rua de um segmento do movimento de mulheres, iniciaram um processo de incorporação das bandeiras do movimento feminista e seu método de militância ao movimento estudantil. Para isso foi central a preparação de espaços de auto-organização nas universidades através de coletivos feministas. O processo culminou na existência de uma diretoria que potencializasse a organização das mulheres estudantes, acontecido no Congresso da UNE de 2003.

No momento em que prevalece um discurso triunfalista, legitimado pelo ambiente universitário, de que as mulheres conquistaram seus direitos, chegaram onde queriam, a criação da Diretoria de Mulheres da UNE, proposta pelas estudantes feministas, está concatenada com os desafios do movimento de mulheres de evidenciar os mecanismos de manutenção da opressão das mulheres na sociedade. Vem reafirmar que a opressão das mulheres é um dos pilares de sustentação do sistema capitalista e a auto-organização é o instrumento para a construção de uma sociedade justa, igualitária, solidária e libertária.

A opressão das mulheres tem base material, a divisão sexual do trabalho, que hierarquiza as relações entre os gêneros e organiza aspectos sociais, vivências particulares, símbolos, representações que sustentam essa opressão. Assim sendo, a transformação da vida das mulheres é indissociável da transformação do mundo, a consigna “mudar a vida das mulheres para mudar o mundo, mudar o mundo para mudar a vida das mulheres” reflete essa forma de enxergar os desafios que temos.

Ter a compreensão de que a opressão se sustenta na nossa linguagem, nas nossas relações pessoais, ou seja, na nossa cultura, é fundamental para organizarmos nossos instrumentos de transformação. Um dos aspectos importantes é a educação, que é um campo de reprodução dessas desigualdades. A socialização dos meninos e meninas em casa e na escola, desenvolvendo habilidades e legitimando a construção do ser homem e ser mulher. A construção de um projeto pedagógico não-sexista que eduque para a igualdade e libertação é uma das principais bandeiras de luta das mulheres feministas da UNE.

A instituição da Diretoria de Mulheres fortalece a agenda feminista na entidade bem como a organização das mulheres no movimento estudantil. Diversos núcleos feministas foram organizados questionando o machismo no interior da universidade. As mesmas lutas que são travadas na sociedade aparecem dentro da universidade, com sua dinâmica própria. Conquistar vitórias dentro da universidade influencia decisivamente nas lutas fora dela.

Em 2005 realizamos o I Encontro de Mulheres Estudantes da UNE (EME). Apesar de não ser um fórum deliberativo, os EMEs são um instrumento de formação e formulação da agenda feminista da UNE. Mobilizam centenas de estudantes e organizam nossas ações políticas prioritárias, como foi o caso da Campanha pela Legalização do Aborto, proposta encaminhada pela plenária final do II Encontro de Mulheres da UNE, legitimado pelo Congresso da entidade, e se tornou uma das principais frentes de luta da atual gestão.

Além dos EMEs, as mulheres do movimento estudantil preparam plenárias de auto-organização, batucadas, oficinas em todos os fóruns da entidade dando visibilidade à pauta feminista, aliando teoria e prática, construindo uma nova cultura política no movimento estudantil.

Conquistas importantes para a construção das mulheres já se deram, como a aprovação de cota de 30% para mulheres na direção da entidade, porém as contradições continuam existindo e reforçam a importância da auto-organização das mulheres do movimento estudantil.

SOMOS MULHERES, NÃO MERCADORIA!

Na sociedade em que vivemos, o reconhecimento da mulher está relacionado ao seu peso e proximidade do padrão de beleza. Os meios de comunicação e publicidade consolidam essa imagem da mulher “perfeita” ligada ao corpo perfeito. Nas universidades, isso é expresso nos cartazes de divulgação das famosas “calouradas”, onde é retratado o “modelo” de mulher. Em consequência disso, cada vez se tornam mais frequentes os transtornos alimentares, como anorexia e bulimia, entre as jovens.

“Nosso corpo nos pertence” expressa a luta das mulheres por autonomia, denunciando o controle dos homens, Estado, instituições religiosas e mercado sobre o corpo e a sexualidade feminina. Esse controle se dá de diversas formas, como a imposição de um padrão de beleza e feminilidade, imposição da maternidade como destino natural e obrigatório ou estratégias do mercado, como a medicalização do corpo das mulheres, imposição do consumo como instrumento de satisfação das necessidades pessoais e de alívio das angústias e dores da existência.

POR UMA EDUCAÇÃO NÃO-SEXISTA

A universidade deve produzir conhecimento para a libertação das pessoas e servir à construção de uma sociedade que seja de fato justa, igualitária, solidária e libertária. Por isso, a educação deve ser pública, democrática e popular.

O ensino deve servir à emancipação das consciências, deve servir à extinção de toda forma de preconceito e discriminação. Os currículos acadêmicos e métodos pedagógicos devem incorporar o debate de gênero, ou seja, da construção social do que é ser mulher e homem, como um tema transversal.

A pesquisa faz a universidade ser um instrumento de desenvolvimento social, portanto, deve ser voltada para as finalidades sociais da universidade. As empresas financiadoras das pesquisas reproduzem a lógica de mercado da sociedade e de opressão das mulheres, portanto, desviam a universidade de sua função. As indústrias farmacêuticas, de alimentação e cosméticos financiam e direcionam suas linhas de pesquisa contribuindo para a manutenção do padrão de feminilidade e opressão das mulheres. Essa é mais uma frente de atuação das feministas nas universidades. A educação deve ser financiada e regulada pelo Estado para de fato ter autonomia na produção de conhecimento que deve estar a serviço da libertação do povo.

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ESPECÍFICAS PARA AS MULHERES

A formulação de políticas educacionais não tem levado em consideração as diferentes trajetórias entre homens e mulheres até a chegada na universidade. Em consequência disso, a evasão de mulheres é maior que a de homens no ensino superior, diferente do ensino básico. As políticas de assistência estudantil, ou seja, políticas que garantam a permanência das e dos estudantes na universidade precisam compreender essa distinta realidade. Uma de nossas bandeiras são as creches nas universidades junto com moradia, bibliotecas, restaurantes universitários, laboratórios, transporte, segurança para garantir a permanência das estudantes com qualidade para vivenciar a vida universitária de forma plena.

LEGALIZAR O ABORTO! DIREITO AO NOSSO CORPO!

Ser mãe não deve ser um destino obrigatório das mulheres, deve ser uma escolha, uma possibilidade para as mulheres. Ser mãe implica mudanças no aspecto físico, emocional, no projeto de vida da mulher. Uma gravidez não pode ser uma imposição.

A criminalização do aborto não impede que as mulheres interrompam uma gravidez indesejada, apenas coloca essa experiência na clandestinidade e expõe as mulheres mais pobres a riscos para sua vida e saúde.

Se o aborto clandestino traz risco para a vida e saúde das mulheres, esse risco é maior quando a situação é de pobreza. As mulheres ricas têm acesso a clínicas particulares, mas as pobres submetem-se a procedimentos inseguros, sozinhas ou com pessoas sem as habilidades necessárias, em ambientes que não cumprem com os mínimos requisitos médicos, ocasionando diversas complicações como infecções do aparelho genital, hemorragia, choque séptico e, inclusive, a morte.

Reivindicamos o direito à vida! O aborto deve ser legal e garantido pelo Sistema Único de Saúde!

MULHER A VIDA INTEIRA Daniele Ricieri e Maysa Lepique*

*Produtoras
e atrizes do
espetáculo
"Mulher a
vida inteira"

*Rosa de sol é girassol
Passarinho que canta é rouxinol
A mulher sorri quando vê o arrebol
Num dia nublado, com pouco sol
Estive andando pelos ares
E por lá deixei meus males
E construí olhares
Para fazer a revolução
João, João...cozinha o seu feijão
Perdão, perdão
Vida de perdão
com meu sonho de liberdade*

Poema coletivo criado pelas moças do PT
durante apresentação do espetáculo
no centro de São Paulo

Em outubro de 2007 reuniu-se na cidade de São Paulo um grupo de mulheres (artistas e pensadoras) para refletir artística e poeticamente sobre as questões de gênero. O primeiro projeto do coletivo, *Mulher a Vida Inteira – Diálogos de Atuadoras*, foi contemplado pelo Prêmio Funarte Myriam Muniz de Teatro, com patrocínio da Petrobrás.

O que era vontade se transformou em oportunidade, e o trabalho deu nome ao grupo: ATUADORAS.

Criamos um espetáculo de teatro com foco nas questões de gênero para ser apresentado *exclusivamente* para grupos de mulheres em seus espaços de organização. O texto da peça foi construído coletivamente pelas mulheres envolvidas no projeto, partindo da pergunta "o que é ser mulher?". Depoimentos das atrizes e de outras mulheres por elas entrevistadas somaram-se a matérias de jornal, leitura de livros e discussões, formando uma dramaturgia que percorre a vida da mulher desde o nascimento até a velhice, tratando de assuntos variados, interpretados por quatro atrizes que dialogam com uma DJ.

O espetáculo *Mulher a Vida Inteira* estreou em março de 2008, no Teatro Coletivo Fábrica, e realizou sua temporada de vinte apresentações itinerantes, tendo visitado os seguintes locais: CEUs (Centro de Educação Unificado), União de Mulheres de São Paulo, Associação de Produtores Rurais de Mogi das Cruzes, Centro Cultural Paidéia, Casa de Cultura da Freguesia do Ó, Ong Arrastão, Centro Cultural Monte Azul, Penitenciária Feminina de Sant'Ana e Cedeca Interlagos. Além do Encontro de Jovens Mulheres do Partido dos Trabalhadores.

Nossas apresentações são sempre seguidas de uma conversa com as mulheres da platéia discutindo as questões levantadas pela obra. Esses momentos são muito férteis e reveladores da necessidade de se aprofundar a discussão sobre os direitos da mulher, sua identidade, relações que estabelece, trabalho, educação, família, etc. Principalmente quando há meninas e jovens mulheres na conversa: esse é nosso único público que concorda globalmente com a exclusividade de mulheres na platéia, pois parecem sentir, mais do que as adultas e idosas, a necessidade de ter um espaço totalmente livre para discutirem sobre a própria identidade, que ainda está em formação.

Entendemos que o público jovem é potencial transformador, uma vez que a troca com o teatro, fonte de linguagem lúdica e poética, num momento de vida tão intenso, cheio de descobertas, provoca a reflexão sobre as próprias experiências e sobre a história das mulheres da família, a valorização da auto-estima, a vontade de apropriar-se da identidade em construção.

Além disso, o esforço para a erradicação da violência física, psicológica e moral contra meninas e mulheres tem que começar em nossas casas, trabalhos, escolas e comunidades. Tem que estar em nossos palcos!

E o teatro, por sua generosidade em apresentar a vida ao vivo, através do corpo vivo de cada atriz, alcança de modo particular cada mulher que participa da experiência do espetáculo. Podemos perceber esse retorno de diversas formas: seja com depoimentos emocionados quando termina o espetáculo, com sugestão de cenas e situações que não foram contempladas (afinal aquelas mulheres que não se sentem representadas também querem se ver em cena), seja com a vontade de incluir os homens para que eles “saibam o que as mulheres sentem” ou “aprendam algumas coisas”.

Dessa forma, as mulheres nos mostram que a troca que idealizávamos na construção do projeto se concretiza a cada apresentação, abrindo espaço para novas construções, tanto individuais (no que diz respeito a experiência simbólica da relação de troca com a arte), quanto coletiva (das experiências compartilhadas, verbalizadas).

Por outro lado, é comum haver entre a platéia aquelas mulheres que aproveitam muito a possibilidade de estar apenas entre mulheres, gozando da liberdade de privacidade e reconhecimento de classe, de grupo social. Isso revela como ainda não ocupamos o espaço público com a mesma atuação masculina, com a mesma propriedade.

A reação de muitos homens quando contamos que a peça é só para mulheres costuma ser de piada e zombaria, afinal parece não haver motivo algum para que mulheres queiram se reunir sem a presença masculina. Porém, não lembramos de ter notícias de homens reivindicando a presença feminina em estádios de futebol, votações no Senado, sala de reuniões, *happy hours*, etc – espaços que costumam ser freqüentados majoritariamente por homens.

De fato, não há nada proibido aos homens no espetáculo, nenhum tema, nenhuma cena, a não ser a possibilidade de reflexão acerca de nossa identidade. É comum na cultura hip-hop o uso da expressão “se eu estou com o microfone, é tudo no meu nome”, ou seja, ninguém melhor do que eu mesma para falar de mim. No espaço de troca da peça: ninguém melhor do que a mulher para refletir acerca de sua identidade. Principalmente quando habitamos uma sociedade patriarcal, capitalista e, inevitavelmente, machista. E temos que contracenar com ela, afinal, esse é o tempo que nos tocou viver...

Se o teatro pode reviver seus tempos de ágora, podemos, nós mulheres, reinventarmos a discussão, subverter a lógica capitalista e criar o nosso espaço público.

E como dizem as nossas companheiras bolivianas: a nossa vingança é ser feliz!



PROGRAMAÇÃO

Sábado, 19 de abril de 2008

- 08h30 Credenciamento
 09h00 Abertura do seminário com participação de **Conceição Nascimento**, Secretária Nacional de Mulheres do PT, **Rafael Pops**, Secretário Nacional de Juventude, **Joaquim Soriano**, Secretário Nacional de Formação Política, **Flavio Jorge**, da diretoria da Fundação Perseu Abramo e **Fernanda Papa**, da diretoria da Fundação Friedrich Ebert.
- 09h30 Integração das participantes
 10h30 Intervalo
 10h45 “As mulheres de esquerda na história”
 Interlocutoras: **Nalu Faria** e **Sonia Leite**
 Exposições seguidas de debate.
- 13h00 Almoço
 14h30 “O feminismo é uma prática”
 Interlocutoras: **Tatau Godinho** e **Matilde Ribeiro***
 Exposição seguidas de debates.
- 16h30 Intervalo
 16h45 “Pelo quê lutamos”
 (Metodologia de *World Café* – mesas redondas com especialistas; alternância de mesas a cada 40 minutos).
 – Violência contra a mulher, **Haidi Jarschel**
 – Aborto, **Angélica Fernandes**
 – Trabalho e autonomia das mulheres, **Vera Soares**
 – Sexualidade, **Atiely Santos**
 – Educação não sexista e não racista, **Juliana Borges** e **Camila Macarini**
- Mercantilização do corpo, **Ticiane Studart**
 – Políticas públicas, **Maria Lucia da Silveira**
- 18h45 Mesa redonda com as especialistas sobre os principais pontos dos respectivos debates.
- 20h00 Jantar

Domingo, 20 de abril de 2008

- 09h00 “Partido das trabalhadoras: as mulheres do PT em perspectiva”
 Interlocutora: **Rosângela Rigo** e **Ivete Garcia***
- 11h00 Intervalo
 11h15 “Mulheres do PT em movimento”
 Mesa redonda com:
Kika Bessen (CONEN e Fórum Nacional de Mulheres Negras),
Severine Macedo* (FetraF-CUT),
Rita C. Quadros (Liga Brasileira de Lésbicas),
Rosane Silva (Secretaria Nacional Sobre a Mulher Trabalhadora - CUT)
Ana Cristina Pimentel (Diretoria de mulheres da UNE).
- 13h00 Almoço
 14h30 “As mulheres na Juventude do PT”
 Oficina para troca de experiências e mapeamento das principais características e desafios colocados às militantes jovens petistas.
- 18h00 Teatro – “Mulher a vida inteira”, com o grupo “Atuadoras”.
 20h30 Pizza

Segunda-feira, 21 de abril de 2008

- 09h00 Conversa com a Ministra **Nilcéa Freire** – Secretária Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal
 10h00 “Desafios para uma ação feminista na JPT”
 Oficina para aprofundamento das questões levantadas no dia anterior.
 Discussão de possíveis desdobramentos.
- 12h30 Avaliação do seminário
 13h00 Almoço de encerramento
 Tarde livre para passear em SP / retorno para cidades de origem.

*Matilde Ribeiro, Ivete Garcia e Severine Macedo justificaram a impossibilidade de atender ao convite da organização do seminário em função de compromissos previamente assumidos fora de São Paulo e no exterior.



**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

ISBN 978-85-63158-04-5

